

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM
INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Relatório do auditor independente	3
Balanco patrimonial	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	17
2 Principais políticas contábeis	20
3 Caixa e equivalentes de caixa	33
4 Aplicações financeiras	33
5 Valores a receber	34
6 Impostos, taxas e contribuições	36
7 Partes relacionadas	38
8 Investimentos	44
9 Informações por segmento de negócios	51
10 Imobilizado (Consolidado)	56
11 Intangível (Consolidado)	58
12 Fornecedores	61
13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)	62
14 Concessão de serviço público	70
15 Provisão para riscos processuais	75
16 Patrimônio líquido (Controladora)	77
17 Receita	77
18 Custos e despesas por natureza	78
19 Resultado financeiro	79
20 Resultado por ação	80
21 Seguros (Não auditado)	82
22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	82
23 Transações não caixa	88
24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego	89
25 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	89
26 Eventos subsequentes	92

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1, 13, e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 155.667.000 (R\$ 550.630.000 em 31 de dezembro de 2021) (individual) e de R\$ 235.902.000 (R\$ 1.135.112.000 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos e passivos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R\$ 1.224.698.000 (R\$ 1.377.777.000 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, debêntures e passivos de concessão de serviço público no montante de R\$ 2.818.199.000 (R\$ 2.657.060.000 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado); e (iii) a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.268.927.000 (R\$ 1.113.260.000 em 31 de dezembro de 2021) (individual) e R\$ 3.057.948.000 (R\$ 2.822.582.000 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado) em 31 de dezembro de 2022. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados nas notas explicativas de nº 1, 13 e 14, indicam, em 31 de dezembro de 2022, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 868.828.000 (R\$ 787.619.000 em 31 de dezembro de 2021) provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram reconhecidos com base em estudos elaborados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança da controlada sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para realização. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração da Companhia e controlada indireta.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade, ao julgamento envolvido e incertezas inerentes ao processo na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas, baseadas em estratégias, no cenário macroeconômico, no desempenho atual e passado e no crescimento esperado das operações.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (ii) avaliação da consistência matemática das projeções e razoabilidade dos principais componentes do estudo de lucro tributável futuro, com a participação dos nossos especialistas internos em avaliações econômico-financeiras e especialistas em imposto de renda e contribuição social; (iii) avaliação sobre suficiência de lucros tributáveis futuros em relação aos tributos diferidos ativos reconhecidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia e controladas na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Avaliação da classificação e do valor recuperável dos ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas e avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia possui ativos mantidos para venda, que compreendem as operações de negócio representadas pelas controladas Concessionária BR-040 S.A. - VIA040, Linha Amarela S.A. – LAMSA e, PEX S.A. – PEX. e operações descontinuadas, Concessionária BR-040 S.A. - VIA040 e PEX S.A. – PEX. O saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 183.575.000

Adicionalmente, a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*, conforme descrito na nota explicativa nº 11 – “Intangível”, possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 12.231.719.000

Em 31 de dezembro de 2022, a situação financeira das Companhias indicava que os valores contábeis desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

Esse tema foi considerado uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) avaliamos os critérios de classificação dos ativos mantidos para venda; (ii) efetuamos discussões com a Administração sobre as perspectivas para concretização das vendas dos ativos, bem como a inspeção de evidências que suportem a manutenção dos ativos classificados como “ativos mantidos para venda e operações descontinuadas”; (iii) avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iv) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (v) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (vi) avaliamos o risco associado com os fluxos de caixa e seus efeitos relacionados à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade das taxas de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo das taxas.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade dos ativos em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que os ativos mantidos para venda e descontinuados, bem como a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que não há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Guarulhos, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:



37095C162BEC440...

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	272.427	250.810	784.916	358.366
Aplicações financeiras	4	32.489	121.916	823.522	1.012.811
Contas a receber	5.a	-	-	304.106	221.058
Estoques		-	-	12.185	11.686
Tributos a recuperar	6.a	9.347	6.005	77.861	45.360
Adiantamentos		392	325	11.385	7.411
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	171.212	154.161	-	-
Partes relacionadas	7	75.648	57.339	2.681	-
Outros		10.402	1.013	10.411	1.012
Total do ativo circulante		571.917	591.569	2.027.067	1.657.704
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	183.575	234.434	1.426.010	1.712.425
Total do ativo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		755.492	826.003	3.453.077	3.370.129
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	175.022	158.385
Contas a receber	5.a	-	-	51.047	46.304
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	127.931	99.311	127.931	99.311
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	868.828	787.619
Estoques		-	-	3.595	4.396
Tributos a recuperar	6.a	-	-	312.474	336.977
Partes relacionadas	7	256.464	244.878	146.012	134.064
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	11.075	17.402	-	-
Depósitos judiciais		923	1.015	35.363	31.159
Total do não ativo circulante		396.393	362.606	1.720.272	1.598.215
Investimentos	8	214.717	77.761	94.445	77.698
Imobilizado	10	3.828	5.868	17.316	7.752
Intangível	11	11.702	17.138	12.265.347	12.766.537
Total do ativo não circulante		626.640	463.373	14.097.380	14.450.202
TOTAL DO ATIVO		1.382.132	1.289.376	17.550.457	17.820.331

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	836	2.848	78.879	54.077
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	355.657	322.347
Debêntures	13	-	-	144.955	129.849
Impostos a recolher	6.c	1.466	40.492	83.968	147.192
Obrigações com empregados e administradores		4.322	8.518	27.291	25.532
Concessão de serviço público	14	-	-	2.317.587	2.204.864
Partes relacionadas	7	274	261	-	-
Receita diferida		-	-	55.326	25.413
Adiantamentos de clientes		-	-	6.039	6.787
Outros passivos		-	-	182.063	119.420
Total do passivo circulante		6.898	52.119	3.251.765	3.035.481
Passivos mantidos para venda e operação descontinuada	8 e 25	302.661	174.895	1.310.030	1.406.294
Total do passivo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		309.559	227.014	4.561.795	4.441.775
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.723.653	2.047.212
Debêntures	13	987.353	875.718	1.452.673	1.411.927
Concessão de serviço público	14	-	-	12.402.606	12.521.796
Provisão para riscos processuais	15	948	1.116	48.031	38.999
Receita diferida		-	-	387.733	152.617
Dividendos a pagar	7	22.841	22.841	24.072	24.072
Partes relacionadas		-	-	-	-
Provisão para passivo descoberto	8	1.329.568	1.275.051	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	7.022	3.619
Outros		790	896	820	896
Total do passivo não circulante		2.341.500	2.175.622	16.046.610	16.201.138
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		(5.136.846)	(4.981.179)	(5.136.846)	(4.981.179)
		(1.268.927)	(1.113.260)	(1.268.927)	(1.113.260)
Participação dos não controladores		-	-	(1.789.021)	(1.709.322)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.268.927)	(1.113.260)	(3.057.948)	(2.822.582)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.382.132	1.289.376	17.550.457	17.820.331

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	17	-	-	2.407.181	1.602.775
Receita de construção	17	-	-	54.715	32.024
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(1.654.851)	(1.255.344)
Custo de construção	18	-	-	(54.715)	(32.024)
LUCRO BRUTO		-	-	752.330	347.431
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(43.973)	(96.550)	(190.245)	(170.017)
Equivalência patrimonial		(39.475)	(380.818)	(1.305)	19.308
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(7.175)	806.707	649.759	1.507.077
RESULTADO OPERACIONAL		(90.623)	329.339	1.210.539	1.703.799
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	19	126.636	76.246	386.418	108.594
Despesas financeiras	19	(118.592)	(474.066)	(1.822.764)	(2.643.113)
Total		8.044	(397.820)	(1.436.346)	(2.534.519)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(82.579)	(68.481)	(225.807)	(830.720)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	(40.809)	62.993	136.948
Corrente		-	(40.809)	(16.894)	-
Diferido		-	-	79.887	136.948
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(82.579)	(109.290)	(162.814)	(693.772)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(80.235)	(584.482)
Atribuível aos acionistas controladores		(82.579)	(109.290)	(82.579)	(109.290)
Prejuízo do exercício do ativo mantido para venda e operações descontinuadas	25	(73.088)	(441.340)	(73.088)	(441.340)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(155.667)	(550.630)	(235.902)	(1.135.112)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(80.235)	(584.482)
Atribuível aos acionistas controladores		(155.667)	(550.630)	(155.667)	(550.630)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20	(0,192)	(0,255)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20	(0,192)	(0,255)		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20	(0,170)	(1,028)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20	(0,170)	(1,028)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(155.667)	(550.630)	(235.902)	(1.135.112)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(155.667)	(550.630)	(235.902)	(1.135.112)
Acionistas controladores	(155.667)	(550.630)	(155.667)	(550.630)
Acionistas não controladores	-	-	(80.235)	(584.482)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		3.867.919	(4.430.549)	(562.630)	(1.129.859)	(1.692.489)
Adição dos não controladores		-	-	-	5.019	5.019
Prejuízo do exercício		-	(550.630)	(550.630)	(584.482)	(1.135.112)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.867.919	(4.981.179)	(1.113.260)	(1.709.322)	(2.822.582)
Adição dos não controladores		-	-	-	536	536
Prejuízo do exercício		-	(155.667)	(155.667)	(80.235)	(235.902)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.867.919	(5.136.846)	(1.268.927)	(1.789.021)	(3.057.948)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos		(82.579)	(68.481)	(225.807)	(830.720)
Ajustes:					
Resultado de operações descontinuadas e mantidos a venda		(73.088)	(441.340)	(73.088)	(441.340)
Depreciações e amortizações	10 e 11	7.212	6.264	1.018.532	813.060
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	277	-	1.537	75
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5a	-	-	(3.914)	(54.942)
Perda de valor recuperável de investimentos		(27.995)	3.063	(27.995)	3.063
Perda de valor recuperável de imobilizado		-	-	-	-
Provisões diversas		-	-	-	-
Equivalência patrimonial		39.475	380.818	1.305	(19.313)
Apropriação receita diferida		-	-	(38.941)	(11.163)
Constituição de outorga variável		-	-	-	-
Ajuste de operações de <i>hedge</i>		-	45.386	-	45.386
Provisão para riscos processuais	15	(168)	-	9.032	3.252
Variações monetárias e encargos, líquidos		111.722	471.046	1.798.366	2.853.868
Reequilíbrio econômico financeiro		-	-	(786.772)	(1.607.449)
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Outros créditos		(9.389)	-	(9.399)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(83.877)	(35.906)
Venda de investimento		(28.620)	-	(28.620)	-
Estoques		-	-	302	(1.048)
Impostos a recuperar		(3.342)	(1.327)	(7.998)	16.052
Depósitos judiciais		92	24	(4.204)	(205)
Adiantamentos		-	234	-	838
Partes relacionadas		(29.895)	89.770	(14.629)	2.379
Dividendos e JSCP		-	-	-	-
Outros		(106)	(1.004)	62.567	18.643
(Aumento) redução nos ativos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		(68.301)	1.227.457	286.415	3.532.984

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(2.012)	(766)	15.805	3.631
Obrigações com empregados e administradores		(4.196)	(3.891)	1.759	1.494
Impostos a recolher		(39.026)	-	(144.433)	1.617
Impostos pagos		-	-	-	-
Partes relacionadas		13	(123)	-	(649)
Adiantamentos de clientes		-	-	2.655	(13.777)
Obrigações com o poder concedente		-	-	-	-
Outras obrigações e contas a pagar		(67)	(132)	(3.974)	1.278
Outorga Variável	14	-	-	266.343	183.080
Pagamento da outorga variável	14	-	-	(183.077)	-
Receita diferida		-	-	729.561	841.043
(Aumento) redução nos passivos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		127.766	58.323	(96.264)	(2.159.040)
		(82.227)	1.765.321	2.461.187	3.146.191
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais					
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		-	(1.651)	62.993	(1.651)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	(388.618)	(241.852)	(628.756)
		(82.227)	1.375.052	2.282.328	2.515.784
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado		(13)	1.191	(14.209)	1.266
Aquisição de intangível		-	(392)	(364.880)	(221.607)
Amortização de ágio		-	3.985	-	3.985
Aplicações financeiras		89.427	46.734	172.652	(742.705)
Recebimento de dividendos e JSCP		15.373	1.809	9.944	-
		104.787	53.327	(196.493)	(959.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos		57	-	1.040	959
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	(1.450.349)	(412.842)	(1.828.806)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(1.000)	-	-	-
Pagamento de Outorga fixa	14	-	-	(1.247.483)	-
		(943)	(1.450.349)	(1.659.285)	(1.827.847)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento					
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		21.617	(21.970)	426.550	(271.124)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	272.780	358.366	629.490
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	272.427	250.810	784.916	358.366
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		21.617	(21.970)	426.550	(271.124)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
				Reapresentado *
Receitas	17.222	1.890.329	4.158.555	5.048.643
Receita operacional	17	-	3.367.001	2.257.356
Receita de construção	17	-	54.715	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.279)	54.483
Outras receitas	17.222	1.890.329	740.118	2.704.780
Insumos adquiridos de terceiros	(39.875)	(1.235.300)	(1.296.692)	(2.037.560)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(1.029.598)	(512.329)
Custo de construção	-	-	(54.715)	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.028)	(1.215.046)	(208.765)	(1.473.770)
Perda/recuperação de valores ativos	(570)	(20.254)	(3.230)	(19.091)
Outros custos	(277)	-	(384)	(346)
Valor adicionado bruto	(22.653)	655.029	2.861.863	3.011.083
Retenções	(7.212)	(6.264)	(1.018.345)	(813.906)
Depreciação e amortização	10 e 11	(7.212)	(6.264)	(1.018.345)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(29.865)	648.765	1.843.518	2.197.177
Valor adicionado recebido em transferência		87.161	(304.572)	127.902
Resultado de equivalência patrimonial		(39.475)	(380.818)	19.308
Receitas financeiras	19	126.636	76.246	386.418
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		57.296	344.193	2.228.631
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(73.088)	(441.340)	(73.088)
Total do valor adicionado a distribuir		(15.792)	(97.147)	1.883.739

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Distribuição do valor adicionado	(15.792)	(97.147)	2.155.543	1.883.739
Pessoal e encargos	17.509	42.263	127.905	135.656
Remuneração direta	15.241	33.668	91.201	98.440
Benefícios	1.633	4.571	30.905	28.474
FGTS	635	3.998	5.799	8.716
Outros	-	26	-	26
Impostos, taxas e contribuições	9.535	46.691	457.941	317.229
Federais	9.206	46.442	340.611	236.576
Estaduais	161	178	168	3.428
Municipais	168	71	117.162	77.225
Remuneração capital de terceiros	112.831	364.529	1.805.599	2.565.966
Juros	61.352	361.706	350.002	436.099
Variação	50.974	-	52.262	185.698
Aluguéis	213	456	242	5.211
Atualização da outorga	-	-	1.382.869	1.857.138
Outros	292	2.367	20.224	81.820
Remuneração de capital próprio	(155.667)	(550.630)	(235.902)	(1.135.112)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(80.235)	(584.482)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(155.667)	(550.630)	(155.667)	(550.630)

19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada Centro Empresarial Mourisco Loja H - Praia Botafogo, 501 - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro de Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
PEX S.A. - PEX
Linea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA

Mobilidade Urbana

Concessionária do VLT Carioca S.A. – VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*

Holdings

HLASA Participações S.A. – HLASA, foi incorporada à empresa PEX S.A. em julho de 2022.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo INVEPAR” ou “grupo”.

As demonstrações contábeis das controladas, e das coligadas VIARIO, CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 07 de março de 2022, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC INVEPAR”) foi encerrado, deixando o mesmo de fazer parte das empresas do Grupo INVEPAR.

No que diz respeito à controlada indireta GRU *Airport*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão) com base no Plano Anual de Negócios de GRU *Airport*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O Plano Anual de Negócios foi construído com base em metodologias de mercado do setor de atuação e é anualmente revisado. As projeções de receita, custos, investimentos e reinvestimentos são baseadas em premissas de mercado e indicadores macroeconômicos que permitem a sustentação do ativo de concessão registrado no intangível (nota 11 e 14). Essas mesmas premissas sustentam o lucro tributável futuro permitindo a utilização do imposto ativo diferido constituído no ativo (nota 6b).

Diante de todos esses esforços em busca da melhoria a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido de R\$ 565.019 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.224.698 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2021 apresentou um capital circulante líquido de R\$ 539.450 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.377.777 no consolidado. Os resultados do capital circulante negativo são impactados no consolidado principalmente pela sua controlada GRU *Airport*, que tiveram suas demonstrações contábeis preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária GRU *Airport* gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 10 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

LAMSA

(a) Processo de encampação

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela.

Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da Concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizada com base no 11º Termo Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão sobrepreço não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, não levando em consideração o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11º Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando de sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

(b) **Rebaixamento Rating**

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “Baa1.br”, portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas - AGD.

Em 29 de junho de 2021, foi atribuído pela *Moody's* Local Brasil o *rating* CCC+.br à 2ª emissão de debêntures privadas da LAMSA, equivalente ao *rating* atribuído anteriormente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas de 04 de novembro de 2021 foi aprovada a renúncia temporária dos efeitos do *rating* para vencimento antecipado da dívida por 12 (doze) meses a contar de 31 de julho de 2021.

Em 21 de julho de 2022, a Agência de classificação e riscos *Moody's* elevou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de ‘CCC+br’ para ‘BB+br’, com perspectiva positiva.

Em 1º de agosto de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas prorrogou a renúncia temporária dos efeitos da *rating* para vencimento antecipado da dívida por mais 06 (seis) meses, contados de 1º de agosto de 2022 até 1º de fevereiro de 2023.

Em 07 de outubro de 2022, a Companhia divulgou fato relevante informando que a agência de classificação de risco *Moody's*, colocou em revisão para rebaixamento o *rating* da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA, devido às incertezas geradas pelo processo administrativo de apuração da nulidade do 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão iniciado pelo Município do Rio de Janeiro, conforme fato relevante divulgado em 30 de setembro de 2022.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

VIA040

(a) Relicitação

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a VIA040, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos (PPI), secretaria vinculada à Casa Civil. Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto nº 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação.

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040 e em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração a serem mantidos pela VIA040 até 18 de fevereiro de 2022.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo Termo Aditivo.

1.2 Efeitos da pandemia da Covid-19

Em 2022, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo na melhora do desempenho operacional em relação ao exercício do ano anterior impactado pela segunda onda de contaminação no primeiro semestre de 2021. Embora ainda seja observado os efeitos da pandemia da Covid-19 na recuperação da demanda, inclusive global, em relação ao ano de 2019, o cenário de 2022 foi positivo comparado aos anos de 2020 e 2021.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

O encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizado pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023, que compreendem:

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2022		Total	2021		Total
Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias		Preferenciais		
Empresas Consolidadas						
CLN	100	87,28	92,92	-	87,28	92,92
LAMBRA	100	-	100	100	-	100
GRUPAR	80	-	80	80	-	80
HLASA	-	-	-	100	-	100
FUNDO MOVER	-	-	-	100	-	100
Ativos mantidos para venda						
LAMSA	100	100	100	100	100	100
Operações descontinuadas						
PEX	100	-	100	100	-	100
VIA040	100	-	100	100	-	100

Controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

2.3 Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente, mensurados como receitas acessórias.

A Companhia reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no sistema. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, as Concessionárias podem reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada Concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das Controladas e Controladora.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com perspectivas de não pagamento e recorrências de atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo de cada cliente e seu histórico de perdas.

Em cada data de balanço, as Controladas e Controladora avaliam se o contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.6 Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicáveis. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

2.9 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto *GRU Airport* que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.10 Benefícios a empregados

As Concessionárias: *GRU Airport*, CLN, LAMSA, VIA040, além da INVEPAR, concedem benefícios a empregados incluindo plano de previdência complementar, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Para os empregados admitidos pela Concessionária, o plano de previdência complementar oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado de ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio e não tarifárias	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65% e 1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3% e 7,6%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2% e 5% (*)	-	-

(*) A alíquota de Imposto sobre Serviços (ISS) é de 2% para receitas tarifárias do aeroporto e 5% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto a tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

A Companhia e suas controladas, exceto GRU *Airport*, adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A determinação da apuração do ajuste a valor presente envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. Os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente caso esse ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Conforme definição do CPC 12, o Ajuste a Valor Presente objetiva efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro (o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas implícitas em seu valor original, registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras).

2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui sistemas de recebimento para notas fiscais para registro de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem despesas já auferidas pela Companhia, mas efetivamente faturadas pelos seus clientes. Essas despesas são registradas provisões, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento do prestador de serviço. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como exemplo a localização das Concessionárias, pelos municípios terem uma legislação vigente diferente de um outro que tenha praça de cobrança de pedágio.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Na nota explicativa 22 estão as premissas e cálculos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão de GRU *Airport*.

Receita diferida

A Companhia reconhece receita diferida correspondente aos contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico-financeiro de sua controlada GRU *Airport*.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- *Custo amortizado*: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio do resultado (VJR)*: quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelas Concessionárias.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, as Concessionárias classificam os passivos financeiros como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.19 Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

As Concessionárias da Companhia contabilizam seus contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.20 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

A moeda funcional do Grupo é o real (R\$).

2.21 Normas e interpretações revisadas e ainda não adotadas.

Uma série de alterações em normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- (a) Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro de 2023;
- (b) Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement 2* – 1º de janeiro 2023;
- (c) Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) – 1º de janeiro de 2023;
- (d) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação - alterações ao CPC 32 (IAS 12) - 1º de janeiro de 2023;
- (e) Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) - 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.22 Reapresentação das cifras comparativas - DVA

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações contábeis e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia está reapresentando as cifras comparativas de 31 dezembro de 2021 da DVA em decorrência das seguintes reclassificações:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

		Consolidado		
		2021	DVA 2021	2021
		Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado*
Receitas		4.180.294	868.349	5.048.643
Receita operacional	17	2.257.356	-	2.257.356
Receita de construção	17	32.024	-	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		54.483	-	54.483
Outras receitas		1.836.431	868.349	2.704.780
Insumos adquiridos de terceiros		(1.246.881)	(790.679)	(2.037.560)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(512.329)	-	(512.329)
Custo de construção		(32.024)	-	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(683.437)	(790.333)	(1.473.770)
Perda/recuperação de valores ativos		(19.091)	-	(19.091)
Outros custos		-	(346)	(346)
Valor adicionado bruto		2.933.413	77.670	3.011.083
Retenções		(813.906)	-	(813.906)
Depreciação e amortização	10 e 11	(813.906)	-	(813.906)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		2.119.507	77.670	2.197.177
Valor adicionado recebido em transferência		129.252	(1.350)	127.902
Resultado de equivalência patrimonial		19.308	-	19.308
Receitas financeiras	19	109.944	(1.350)	108.594
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		2.248.759	76.320	2.325.079
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(441.340)	-	(441.340)
Total do valor adicionado a distribuir		1.807.419	76.320	1.883.739
Distribuição do valor adicionado		1.807.419	76.320	1.883.739
Pessoal e encargos		135.656	-	135.656
Remuneração direta		97.907	533	98.440
Benefícios		28.474	-	28.474
FGTS		8.716	-	8.716
Outros		559	(533)	26
Impostos, taxas e contribuições		242.259	74.970	317.229
Federais		161.606	74.970	236.576
Estaduais		3.428	-	3.428
Municipais		77.225	-	77.225
Remuneração capital de terceiros		2.564.616	1.350	2.565.966
Juros		436.099	-	436.099
Varição		185.698	-	185.698
Aluguéis		5.211	-	5.211
Atualização outorga	19	1.857.138	-	1.857.138
Outros		80.470	1.350	81.820
Remuneração de capital próprio		(1.135.112)	-	(1.135.112)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		(584.482)	-	(584.482)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(550.630)	-	(550.630)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	28	33	17.848	105.010
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	272.399	230.057	767.068	232.636
Fundo Mover (a)	-	20.720	-	20.720
Total de caixa e equivalentes de caixa	272.427	250.810	784.916	358.366

As Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022, a rentabilidade média destas aplicações varia de 102,06% a 104,34% do CDI (99,50% a 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 04 de maio de 2022, a INVEPAR resgatou o saldo do Fundo Mover.

4 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	32.489	112.820	32.489	256.385
Conta Pagamento / Reserva Outorga (b)	-	-	791.033	747.330
Cotas de investimento do fundo de investimento (c)	-	9.096	-	9.096
Total circulante	32.489	121.916	823.522	1.012.811
Não circulante				
Conta Reserva	-	-	175.022	158.385
Total não circulante	-	-	175.022	158.385
Total de aplicação financeira	32.489	121.916	998.544	1.171.196

(a) As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 101,47% do CDI (97,44% em 31 de dezembro de 2021).

(b) Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,1% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

(c) As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC"). Essa aplicação foi encerrada em 07 de março de 2022.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5 Valores a receber

5.a Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo circulante		
Receitas acessórias	198.149	187.928
Aeronaves e passageiros (a)	157.508	93.872
Armazenagem e capatazia (a)	29.619	21.759
Valores a receber de pedágios (b)	5.245	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(86.415)	(82.501)
Total ativo circulante	304.106	221.058
Ativo não circulante		
Valores a receber GRU (c)	38.557	36.449
Cessão de espaço (a)	12.490	9.855
Total ativo não circulante	51.047	46.304
Total contas a receber	355.153	267.362

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU *Airport*), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da controlada Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN.
- (c) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU *Airport* junto à INFRAERO decorrentes da transição da operação.

Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes demonstrada:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos						
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	de 121 - 150 dias	de 151 - 180 dias	> 180 dias *
2022	355.153	(86.415)	304.452	33.597	22.909	13.880	11.436	2.377	1.632	51.285
2021	267.362	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	78.324

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não está provisionado, pois se refere basicamente aos valores a receber da INFRAERO em GRU *Airport*, nos montantes de R\$ 38.557.

Em 31 de dezembro de 2022, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 86.415 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021). O montante é substancialmente referente a GRU *Airport*. A redução no montante em aberto refere-se à renegociação de contratos efetuados pela controlada GRU *Airport*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do período	(82.501)	(137.443)
Adições/Reversões	(18.823)	54.829
Baixa	15.544	113
Transferido para "ativos mantidos para venda"	(635)	-
Saldo no fim do período	(86.415)	(82.501)

A controlada indireta GRU *Airport* avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Tendo em vista, o impacto da Covid-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o ano corrente de 2022, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

5.b Venda de investimento

Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação dos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 445.376 pela venda da CART ao IBH II e R\$ 81.328 em junho de 2020. Em 28 de setembro de 2020, a INVEPAR recebeu R\$ 93.673 e registrou uma perda adicional de R\$ 53.589 em decorrência do ajuste de preço da venda.

Cronograma de recebimento no longo prazo:

Até 2 anos	R\$ 110.000
Atualização	R\$ 22.615
AVP	(R\$ 4.684)
Total	R\$ 127.931

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Patria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2023 a 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; e (iv) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro.

Em dezembro de 2022, o montante foi atualizado pelo CDI e atingiu R\$ 22.615.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	7.926	4.717	37.110	10.133
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	-	-	1.060	687
PIS e COFINS (b)	7	7	38.275	33.258
Outros	1.414	1.281	1.416	1.282
Total circulante	9.347	6.005	77.861	45.360
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	-	-	8	64
PIS e COFINS (b)	-	-	312.466	336.913
Total não circulante	-	-	312.474	336.977
Total tributos a recuperar	9.347	6.005	390.335	382.337

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada GRU *Airport* no montante de R\$ 312.466 e decorre, basicamente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

Natureza	Consolidado	
	2022	2021
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.327.759	1.330.493
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	22.787	18.041
Total do ativo fiscal diferido	1.350.546	1.348.534
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(436.725)	(479.644)
AVP - Amortização de outorga e reequilíbrio	(44.289)	(81.107)
Outros diferidos passivos	(704)	(164)
Total do passivo fiscal diferido	(481.718)	(560.915)
Impostos diferidos – Ativo	868.828	787.619

As *holdings* INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 874.304, R\$ 7.684 e R\$ 38.343, respectivamente.

O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos na controlada GRU *Airport* totaliza o montante de R\$ 1.393.835.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Projeções de resultados tributáveis	Consolidado 2022
2024	29.169
2025	53.493
2026	74.023
2027 em diante	1.193.861
Total dos ativos fiscais diferidos	1.350.546
Total dos passivos fiscais diferidos	(481.718)
Total dos impostos diferidos	868.828

Parcela substancial do ativo fiscal diferido é advindo da controlada GRU *Airport*. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

(c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS	1.775	10.909	59.811	104.998
ISS	-	18	11.823	11.151
IRPJ e CSLL	-	30.399	8.365	30.412
INSS sobre terceiros	1	-	2.453	1
IRRF e CSRF	(310)	(834)	1.516	630
Circulante	1.466	40.492	83.968	147.192

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(82.579)	(68.481)	(225.807)	(830.720)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	28.077	23.284	76.774	282.445
Adições/Exclusões permanentes	-	(691)	(883)	(769)
Equivalência patrimonial	(28.077)	(129.479)	(28.077)	6.565
Subvenções do lucro da exploração (*)	-	-	3.885	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	66.052	11.134	(150.772)
Outros	-	25	160	(521)
Total dos impostos no resultado	-	(40.809)	62.993	136.948
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(40.809)	(16.894)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	79.887	136.948
Total dos impostos no resultado	-	(40.809)	62.993	136.948
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-	59,6%	-27,9%	-16,5%

(*) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01 de janeiro de 2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição

Controladora							
2022							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
LAMSA	Dividendos / JSCP	Controlada	164.173	-	-	-	-
VIA040	Outorga de garantia (c)	Controlada	66.544	-	-	-	(18.107)
LAMSA	JSCP	Controlada	4.613	-	265	-	-
CLN	JSCP	Controlada	7.039	-	-	-	-
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	2.681	-	-	-	-
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	1.289	-	-	-	1.289
GRUPAR	Outros (e)	Controlada	521	-	9	-	-
LAMBRA	Outros (e)	Controlada	-	110.451	-	-	-
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	-	102.145	-	-	(15.032)
VLT	Mútuo (d)	Coligada	-	43.644	-	-	(27.890)
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-
Total			246.860	267.539	274	22.841	(59.740)
	Total de dividendos e JSCP		171.212	11.075	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		75.648	256.464	274	-	(59.740)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado							
2022							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	-	102.144	-	-	(15.032)
VLT	Mútuo (d)	Coligada	-	43.644	-	-	(27.890)
Total			-	146.012	-	24.072	(42.922)
	Total de dividendos e JSCP		-	-		24.072	-
	Total de partes relacionadas		-	146.012		-	(42.922)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora							
2021							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
LAMSA	Dividendos	Controlada	146.860	4.267	-	-	-
VIA040	Outorga de garantia (c)	Controlada	48.437	-	-	-	(17.837)
LAMSA	Compart. Despesas (a)	Controlada	4.613	-	261	-	-
CLN	Dividendos/JSCP	Controlada	7.301	2.060	-	-	-
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	3.683	-	-	-	-
GRUPAR	Compart. Despesas (a)	Controlada	521	-	-	-	-
HLASA	Compart. Despesas (a)	Controlada	85	-	-	-	-
LAMBRA	Outros (e)	Controlada	-	110.451	-	-	-
VIARIO	Mútuo (d)	Controlada	-	89.793	-	-	(6.940)
VLT	Mútuo (d)	Coligada	-	44.270	-	-	(13.611)
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-
PEX	Mútuo (d)	Controlada	-	140	-	-	(8)
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-
Total			211.500	262.280	261	22.841	(38.396)
	Total de dividendos e JSCP		154.161	17.402		22.841	-
	Total de partes relacionadas		57.339	244.878	261	-	(38.396)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado							
2021							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	-	89.793	-	-	(6.940)
VLT	AFAC (b)	Coligada	-	6.891	-	-	-
VLT	Mútuo (e)	Coligada	-	44.271	-	-	(13.611)
Total			-	140.955	-	24.072	(20.551)
	Total de AFAC / dividendos e JSCP		-	6.891		24.072	-
	Total de partes relacionadas		-	134.064		-	(20.551)

- (a) Compartilhamento de despesas: Rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) O AFAC foi incorporado ao capital nas operações de maio de 2022.
- (c) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a VIA040 em 15 de dezembro de 2015 para que a Companhia constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela controlada.
- (d) Mútuos: Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO, sendo 2 contratos remunerados a taxa de 130% do CDI (vencimento em 2034), 6 contratos remunerados a TR + 9,89% a.a. (vencimento em 2034) e 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a. (Vencimento em 2028).

Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VLT, com vencimentos até 2027, são remunerados a taxa de CDI + 5%a.a.

Os contratos de mútuo firmado com a PEX, com remuneração de 130% do CDI com vencimento em 31 de janeiro de 2022. Por não haver expectativa de recebimento, o montante foi baixado em 31 de dezembro de 2022.

- (e) Corresponde em sua maioria a ajustes intermediários e à quitação do Contrato de Compra e Venda de Debêntures com Opção de Revenda entre LAMBRA e Mubadala.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

FIDC INVEPAR

O FIDC INVEPAR iniciou suas atividades em 28 de julho de 2020, com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em direitos creditórios, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. Essa operação foi encerrada em 07 de março de 2022.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pró-labore	5.005	3.558	12.670	9.327
Bônus Variáveis	1.664	2.649	1.834	2.649
Encargos	1.334	1.231	2.883	2.349
Outros benefícios	371	2.430	1.089	3.383
Total	8.374	9.868	18.476	17.708

Em 30 de abril de 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até R\$ 9.534 para o exercício de 2022.

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O presente programa de incentivo de longo prazo - *Performance Phantom Stock Options* da INVEPAR não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pois não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia.

O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da INVEPAR). Ele visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

O plano concederá o pagamento de premiações em dinheiro baseadas no crescimento do valor da empresa (IPCA + 9,7% a.a.), condicionada ao alcance do gatilho de 90% da meta projetada de EBITDA.

O primeiro ciclo iniciou-se em 1º de janeiro de 2017 e tem vigência de oito anos, em que o participante poderá exercer a opção a partir do quarto ano, conforme regra de *vesting*.

Valorização das ações:

O cálculo das Outorgas seguirá a metodologia de *Expected Growth*, em que o delta da opção corresponde ao valor presente (data da outorga) do ganho potencial de uma opção, ou seja, a diferença entre o preço estimado de venda da ação e o preço do período, que é definido na outorga.

Em cada Oferta de Outorga o participante terá o direito de receber um número de unidades (opções virtuais) levando-se em consideração as premissas definidas no Programa.

Opções serão outorgadas pelo Conselho de Administração tão logo as variáveis financeiras sejam deliberadas para o cálculo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão de boa parte da provisão dos planos de ILP, pois entendeu que as chances de alcançar as metas do referido programa durante sua vigência seriam mínimas. Em um cenário de pandemia da Covid-19, houve perda de valor no período supracitado, sendo razoável concluir que não haverá pagamento referente aos três ciclos do ILP já outorgados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, os valores provisionados na Companhia totalizam o montante de R\$ 788 (R\$ 896 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica “Outros - Passivo não circulante”, no balanço patrimonial.

8 Investimentos

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Participações acionárias

Investida	Controle	Participação		Controladora				Consolidado			
				2022		2021		2022		2021	
				Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada
CLN	Controlada	92,92%	92,92%	120.271	-	-	105.878	-	-	-	115.563
HLASA	Controlada	100%	100%	-	-	63	-	-	-	-	-
LAMSA	Controlada	100%	100%	-	183.308	-	127.949	-	351.831	-	141.424
PEX	Controlada	100%	100%	-	267	-	607	-	267	-	607
CRT	Coligadas	24,92%	24,92%	34.207	-	36.419	-	34.206	-	36.419	-
VLT	Coligadas	4,73%	8,35%	27.062	-	56.387	-	27.062	-	56.387	-
VLT - <i>Impairment</i>	Coligadas	4,73%	8,35%	-	-	(56.387)	-	-	-	(56.387)	-
VIARIO	Controladas em conjunto	33,34%	33,34%	33.177	-	41.279	-	33.177	-	41.279	-
Sub-total				214.717	183.575	77.761	234.434	94.445	352.098	77.698	257.594
VIA040	Controlada	100%	100%	-	(302.661)	-	(174.895)	-	(236.118)	-	48.537
GRUPAR	Controlada	80%	80%	(1.246.754)	-	(1.191.194)	-	-	-	-	-
LAMBRA	Controlada	100%	100%	(82.814)	-	(83.857)	-	-	-	-	-
Sub-total				(1.329.568)	(302.661)	(1.275.051)	(174.895)	-	(236.118)	-	48.537
Total				(1.114.851)	(119.086)	(1.197.290)	59.539	94.445	115.980	77.698	306.131

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação consolidada

Investida	Controle	2021		Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JSCP	Impairment	Baixa de investimento pela Venda	2022	
		Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada							Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CRT	Coligada	36.419	-	24,92%	-	7.998	(9.944)	(267)	-	34.206	-
VLT	Coligada	53.842	-	4,73%	-	(1.200)	-	(25.580)	-	27.062	-
VLT - Impairment	Coligada	(53.842)	-	4,73%	-	-	-	53.842	-	-	-
VIARIO	Controlada em conjunto	41.279	-	33,34%	-	(8.102)	-	-	-	33.177	-
CLN	Controlada	-	115.563	92,92%	101.318	17.498	(3.253)	-	-	-	-
LAMSA	Controlada	-	141.424	100%	210.407	-	-	-	-	-	351.831
PEX	Controlada	-	607	100%	(340)	-	-	-	-	-	267
VIA040	Controlada	-	48.537	100%	(284.655)	-	-	-	-	-	(236.118)
		77.698	306.131		26.730	16.194	(13.197)	27.995	-	94.445	115.980

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Investida	Controle	2020		Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JSCP	Impairment	Baixa de investimento pela Venda	2021	
		Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada							Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CLN	Controlada	98.163	-	92,92%	17.400	-	-	-	-	-	115.563
HMOBI	Controlada	169	-	100%	(142)	-	-	-	(27)	-	-
CRT	Coligadas	38.143	-	24,92%	-	15.146	(12.885)	(3.985)	-	36.419	-
VLT	Coligadas	50.779	-	8,35%	-	3.063	-	-	-	53.842	-
VLT - Impairment	Coligadas	(50.779)	-	8,35%	-	-	-	(3.063)	-	(53.842)	-
VIARIO	Controlada em conjunto	40.173	-	33,34%	-	1.106	-	-	-	41.279	-
LAMSA	Controlada	-	247.322	100%	-	(105.898)	-	-	-	-	141.424
PEX	Controlada	-	694	100%	-	(87)	-	-	-	-	607
VIA040	Controlada	-	(69.274)	100%	-	117.811	-	-	-	-	48.537
MetroRio	Controlada	-	1.250.487	100%	(259.859)	-	-	-	(990.628)	-	-
MetroBarra	Controlada	-	100.026	100%	(69.405)	-	-	-	(30.621)	-	-
CRA	Controlada em conjunto	-	18.697	50%	105.261	-	-	-	(123.958)	-	-
CBN	Controlada em conjunto	-	28.901	50%	3.678	-	-	-	(32.579)	-	-
		176.648	1.576.853		(203.067)	31.141	(12.885)	(7.048)	(1.177.813)	77.698	306.131

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Investida	Controle	2021			Participação da Invepar %	Transferência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	2022	
		Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada	Provisão para passivo descoberto					Operação descontinuada	
LAMBRA	Controlada	83.857	-	100%	-	-	(1.043)	82.814	-	
GRUPAR	Controlada	1.191.194	-	80%	-	(1.000)	56.560	1.246.754	-	
VIA040	Controlada	-	174.895	100%	-	-	127.766	-	302.661	
HLASA	Controlada	-	-	100%	(151)	-	151	-	-	
		1.275.051	174.895		(151)	(1.000)	183.434	1.329.568	302.661	

Investida	Controle	2020		Participação da Invepar %	Transferência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	2021	
		Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada					Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada
LAMBRA	Controlada	83.584	-	100%	-	-	273	83.857	-
GRUPAR	Controlada	791.485	-	80%	-	-	399.709	1.191.194	-
VIA040	Controlada	-	116.572	100%	-	-	58.323	-	174.895
		875.069	116.572		-	-	458.305	1.275.051	174.895

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações sobre os investimentos da controladora

Participações acionárias vigentes em 31/12/2022

(a) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT") - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, com início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022. O Processo de Haveres e Deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT nº 5.926, de 2 de fevereiro de 2021.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 hs, o novo concessionário ECORioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT.

A CRT continua em tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos à CRT.

(b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA 099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde. Em 14 de maio de 2015 foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN ampliando o prazo de concessão em 15 anos. Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Como não houve evolução no processo de venda, e seguindo orientação do CPC 31 item 8, em 30 de junho de 2022, a Administração desclassificou a Concessionária Litoral Norte (CLN) de ativo mantidos para venda, retornando o saldo para Investimentos e reconhecendo a equivalência patrimonial do período.

(c) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a *Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA*, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport* da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da *Línea Amarilla* Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da *Línea Amarilla* S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a *Vinci Highways S.A.S.* ("VINCI").

(e) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

(f) PEX

A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e desde a data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(g) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

O Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura juntamente com Concessionária do VLT Carioca S.A., assinaram o 5º e 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão no qual o poder concedente se comprometeu a retomar os pagamentos das contraprestações (CAT-A). Por este motivo a Administração entende que não há risco para continuidade e reverteu o *impairment* que havia constituído.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(h) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010 - Vide informações sobre o processo de encampação da Linha Amarela na Nota explicativa nº. 1.1

Em função do processo de reestruturação da Companhia, que se iniciou em 30 de setembro de 2020, a Companhia passou em 31 de dezembro de 2020, a ser classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações está apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(i) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023. Conforme a cláusula segunda do respectivo Termo Aditivo.

(j) HLASA

HLASA Participações S.A. ("HLASA") foi fundada em 23 de setembro de 2020 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional, registrada na Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A". Em decorrência do processo de reestruturação do Grupo foi solicitado à CVM a baixa no registro da Companhia, o qual foi processado em 10 de janeiro de 2022.

Em 18 de julho de 2022, a empresa HLASA Participações S.A. foi incorporada à empresa PEX.S.A.

9 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias (mantidas para venda); (ii) aeroportos; e (iii) *holding*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2022

	2022				Consolidado
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Eliminações (*)	
Receita líquida de serviços	2.333.463	73.718	-	-	2.407.181
Receita de construção	54.715	-	-	-	54.715
	2.388.178	73.718	-	-	2.461.896
Custo de serviços prestados	(1.613.411)	(41.440)	-	-	(1.654.851)
Custo de construção	(54.715)	-	-	-	(54.715)
Lucro bruto	720.052	32.278	-	-	752.330
Despesas gerais e administrativas	(131.107)	(15.165)	(43.973)	-	(190.245)
Equivalência patrimonial	-	-	(39.475)	38.170	(1.305)
Outras receitas (despesas) operacionais	654.675	2.259	(7.175)	-	649.759
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.243.620	19.372	(90.623)	38.170	1.210.539
Receitas financeiras	253.529	6.253	126.636	-	386.418
Despesas financeiras	(1.702.341)	(1.831)	(118.592)	-	(1.822.764)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(205.192)	23.794	(82.579)	38.170	(225.807)
Imposto de renda e contribuição social	66.911	(3.918)	-	-	62.993
Correntes	(12.549)	(4.345)	-	-	(16.894)
Diferidos	79.460	427	-	-	79.887
Prejuízo do período das operações continuadas	(138.281)	19.876	(82.579)	38.170	(162.814)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(73.088)	-	(73.088)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e operação descontinuada	(138.281)	19.876	(155.667)	38.170	(235.902)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(80.235)
Atribuível aos acionistas controladores	(138.281)	19.876	(155.667)	-	(155.667)
<u>Informações complementares:</u>					
Depreciação e amortização	(1.005.125)	(6.195)	(7.212)	-	(1.018.532)
Adição ao imobilizado	300	736	13	-	1.049
Adição ao intangível	394.954	4.145	-	-	399.099

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balço patrimonial em 31 dezembro de 2022

	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	1.630.746	68.593	571.917	-	(244.189)	2.027.067
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	183.575	1.242.435	-	1.426.010
Ativo não circulante	14.056.737	137.521	627.639	-	(724.517)	14.097.380
Total do ativo	15.687.483	206.114	1.383.131	1.242.435	(968.706)	17.550.457
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	3.222.916	31.074	(295.764)	-	293.539	3.251.765
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	302.661	1.007.369	-	1.310.030
Passivo não circulante	17.058.844	126.961	2.645.161	235.066	(4.019.422)	16.046.610
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.594.277)	48.079	(1.268.927)	-	2.757.177	(3.057.948)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.687.483	206.114	1.383.131	1.242.435	(968.706)	17.550.457

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2021

	2021				Consolidado
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Eliminações (*)	
Receita líquida de serviços	1.602.775	-	-	-	1.602.775
Receita de construção	32.024	-	-	-	32.024
	1.634.799	-	-	-	1.634.799
Custo de serviços prestados	(1.255.344)	-	-	-	(1.255.344)
Custo de construção	(32.024)	-	-	-	(32.024)
Lucro bruto	347.431	-	-	-	347.431
Despesas gerais e administrativas	(69.072)	-	(96.550)	(4.395)	(170.017)
Equivalência patrimonial	-	-	(380.818)	400.126	19.308
Outras receitas (despesas) operacionais	700.370	-	806.707	-	1.507.077
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	978.729	-	329.339	395.731	1.703.799
Receitas financeiras	43.105	-	76.246	(9.407)	109.944
Despesas financeiras	(2.177.738)	-	(474.066)	7.341	(2.644.463)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.155.904)	-	(68.481)	393.665	(830.720)
Imposto de renda e contribuição social	177.757	-	(40.809)	-	136.948
Correntes	177.757	-	(40.809)	-	136.948
Diferidos	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(978.147)	-	(109.290)	393.665	(693.772)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(441.340)	-	(441.340)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e operação descontinuada	(978.147)	-	(550.630)	393.665	(1.135.112)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(584.482)
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	(550.630)	-	(550.630)
<u>Informações complementares:</u>					
Depreciação e amortização	(806.929)	-	(6.264)	-	(813.193)
Adição ao imobilizado	(34)	-	48	-	14
Adição ao intangível	(16.994)	-	392	-	(16.602)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021

	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	1.274.775	36.976	499.318	-	215.998	1.657.704
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	234.434	1.477.991	(286.415)	1.712.425
Ativo não circulante	14.672.750	158.080	569.252	-	(1.302.702)	14.450.202
Total do ativo	15.947.525	195.056	1.303.004	1.477.991	(1.373.119)	17.820.331
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	4.543.644	29.639	(122.683)	-	(1.198.835)	3.035.481
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	174.895	1.231.399	(96.264)	1.406.294
Passivo não circulante	14.301.026	133.712	2.363.990	246.592	(998.710)	16.201.138
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(2.897.145)	31.705	(1.113.198)	-	920.690	(2.822.582)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.947.525	195.056	1.303.004	1.477.991	(1.373.119)	17.820.331

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Imobilizado (Consolidado)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2021	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	2022
Custo							
Instalações		1.436	-	-	-	537	1.973
Máquinas e equipamentos		2.749	52	(257)	527	2.224	5.295
Móveis e utensílios		2.605	-	(243)	-	761	3.123
Veículos		2.295	381	(95)	(494)	3.212	5.299
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		5.023	18	-	-	9.442	14.483
Equipamentos de informática		14.144	285	(1.614)	277	2.157	15.249
Imobilizado em andamento		34	313	-	(324)	-	23
Outros		-	-	-	-	15	15
		28.286	1.049	(2.209)	(14)	18.348	45.460
Depreciação acumulada							
Instalações	13,6	(725)	(193)	-	-	(42)	(960)
Máquinas e equipamentos	9,2	(1.721)	(390)	212	-	(1.033)	(2.932)
Móveis e utensílios	9,2	(1.727)	(273)	216	-	(441)	(2.225)
Veículos	19,1	(2.398)	(547)	95	-	(1.400)	(4.250)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(3.168)	(1.277)	-	-	(720)	(5.165)
Equipamentos de informática	19,6	(10.795)	(1.563)	1.298	-	(1.537)	(12.597)
Outros		-	-	-	-	(15)	(15)
		(20.534)	(4.243)	1.821	-	(5.188)	(28.144)
		7.752	(3.194)	(388)	(14)	13.160	17.316

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

							continuação
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2020	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	2021
Custo							
Instalações		1.436	-	-	-		1.436
Máquinas e equipamentos		4.671	-	-	-	(1.922)	2.749
Móveis e utensílios		4.660	13	(1.228)	-	(840)	2.605
Veículos		5.728	-	(110)	-	(3.323)	2.295
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		5.512	-	-	-	(489)	5.023
Equipamentos de informática		15.970	1	(10)	53	(1.870)	14.144
Imobilizado em andamento		19	68	-	(53)	-	34
Outros		14	-	-	-	(14)	-
		38.010	82	(1.348)	-	(8.458)	28.286
Depreciação acumulada							
Instalações	13,6	(582)	(143)	-	-	-	(725)
Máquinas e equipamentos	9,2	(2.313)	(153)	-	-	745	(1.721)
Móveis e utensílios	9,2	(2.789)	(269)	886	-	445	(1.727)
Veículos	19,1	(3.424)	(135)	110	-	1.051	(2.398)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(2.820)	(367)	-	-	19	(3.168)
Equipamentos de informática	19,6	(10.454)	(1.633)	6	-	1.286	(10.795)
Outros		(15)	-	-	-	15	-
		(22.397)	(2.700)	1.002	-	3.561	(20.534)
		15.613	(2.618)	(346)	-	(4.897)	7.752

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Intangível (Consolidado)

	Taxas anuais de amortização %	2021	Adições	Baixas	Transferências (*)	Ativo mantido para venda	2022
Custo							
Software		77.107	107	-	1.309	1.706	80.229
Direito de concessão - investimento CLN		-	-	-	10.676	154.332	165.008
Direito de concessão - investimento GRU		15.057.078	136.062	-	-	-	15.193.140
Investimento para concessão		4.312.418	8.841	(1.728)	42.744	7.535	4.369.810
Andamento (c)		10.616	254.089	(38)	(54.715)	-	209.952
		19.457.219	399.099	(1.766)	14	163.573	20.018.139
Amortização							
Software	20	(38.681)	(6.650)	-	-	(1.270)	(46.601)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(a)	-	(4.134)	7	-	(47.168)	(51.295)
Direito de concessão - investimento GRU (b)	(b)	(5.107.739)	(745.300)	-	-	-	(5.853.039)
Investimento para concessão	(b)	(1.544.262)	(258.205)	610	-	-	(1.801.857)
		(6.690.682)	(1.014.289)	617	-	(48.438)	(7.752.792)
Intangível líquido		12.766.537	(615.190)	(1.149)	14	115.135	12.265.347

- (a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).
- (b) A Amortização é de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).
- (c) O incremento no saldo em andamento refere-se ao projeto *People Mover*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais de amortização %	2020	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	2021
Custo							
Software		77.433	392	-	529	(1.247)	77.107
Direito de concessão - investimento CLN		143.783	-	-	-	(143.783)	-
Direito de concessão - investimento GRU		14.828.895	196.763	(75)	31.495	-	15.057.078
Investimento para concessão		4.326.333	4.448	-	-	(18.363)	4.312.418
Andamento		22.636	20.004	-	(32.024)	-	10.616
Outros		2.683	-	-	-	(2.683)	-
		19.401.763	221.607	(75)	-	(166.076)	19.457.219
Amortização							
Software	20	(33.325)	(6.416)	-	-	1.060	(38.681)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(a)	(43.268)	-	-	-	43.268	-
Direito de concessão - investimento GRU (a)	(b)	(4.554.215)	(553.524)	-	-	-	(5.107.739)
Investimento para concessão	(b)	(1.292.839)	(251.449)	26	-	-	(1.544.262)
Outros		(157)	-	-	-	157	-
		(5.923.804)	(811.389)	26	-	44.485	(6.690.682)
Intangível líquido		13.477.959	(589.782)	(49)	-	(121.591)	12.766.537

- (a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).
- (b) A Amortização é de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões em que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros R\$ 4.295 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2021).

Especificamente com relação à Outorga GRU *Airport* - com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas na OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., e terá a sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar se há necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos

Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em agosto de 2023 e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período atual até o momento da devolução da concessão.

No que diz respeito à GRU *Airport*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 e 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em setembro de 2023; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período atual até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente à adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) para descontar o fluxo operacional da Concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informamos que as premissas adotadas nas projeções utilizadas para o teste, são as mais adequadas para a presente data e que estão baseadas em lei federal (lei das concessões). As regras para mensuração do valor de indenização será objeto de normativa própria para o evento ainda não publicada / divulgada pela autarquia responsável (ANTT). Informamos ainda que quando da publicidade da normativa que regulamentará o cálculo da indenização, a Companhia irá reavaliar as premissas e projeções para o cálculo do *impairment*.

Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU *Airport* que é amortizada pela curva estimada de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	836	2.848	78.491	53.422
Fornecedores internacionais	-	-	388	655
Circulante	836	2.848	78.879	54.077

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)

Empresas	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	Garantia	2022		2021	
							Total circulante	Total não circulante	TOTAL	TOTAL
GRU AIRPORT	Finem Repasse direto	Real	dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(a)	350.545	1.712.970	2.063.515	2.361.695
GRU AIRPORT	Arrendamentos	Real	ago/25	CDI	7,71%	(a)	1.986	4.685	6.671	7.864
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(a)	145.981	467.227	613.208	669.951
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez/25 e out/26	-	-	-	(1.026)	(1.907)	(2.933)	(3.893)
CLN	BNB - FNE	Real	dez/24	-	4,12%	(a)	6.100	6.003	12.103	-
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez/24	-	-	-	(15)	(5)	(20)	-
INVEPAR	Debêntures	Real	abr/21 e out/24	IPCA	6,50%	(a)	-	987.459	987.459	875.881
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	abr/21 e out/24	-	-	-	-	(106)	(106)	(163)
							503.571	3.176.326	3.679.897	3.911.335
Aplicação financeira vinculada							(2.959)	-	(2.959)	-
Total dívida líquida							500.612	3.176.326	3.676.938	3.911.335

(a) Garantia de projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva. Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a execução da garantia e a transferência da propriedade das ações garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas a terceiros, de maneira pública ou privada, sendo vedada a venda por preço vil. Logo, havendo recursos suficientes para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria para a Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria sendo devedora.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	2022		
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos	355.657	1.723.653	2.079.310
Debêntures	144.955	1.452.673	1.597.628
	500.612	3.176.326	3.676.938
			2021
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos	322.347	2.047.212	2.369.559
Debêntures	129.849	1.411.927	1.541.776
	452.196	3.459.139	3.911.335

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	2021	Pagamento		Provisão juro	Juros capitalizados	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Variação Monetária	Passivo mantido para venda	2022
		Principal	Juros *							
GRU	3.035.617	(407.428)	(241.044)	288.062	4.295	959	-	-	-	2.680.461
CLN	-	(5.414)	(808)	620	-	24	-	-	17.661	12.083
INVEPAR	875.718	-	-	60.753	-	57	-	50.825	-	987.353
Total dívida	3.911.335	(412.842)	(241.852)	349.435	4.295	1.040	-	50.825	17.661	3.679.897
Aplicações financeiras	-									(2.959)
Dívida líquida	3.911.335									3.676.938

Empresas	2020	Pagamento		Provisão juro	Juros capitalizados	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Variação Monetária	Passivo mantido para venda	2021
		Principal	Juros *							
GRU	3.346.725	(378.457)	(240.138)	305.756	772	959	-	-	-	3.035.617
INVEPAR	2.243.638	(1.450.349)	(388.618)	277.691	-	-	(167)	193.523	-	875.718
Total dívida	5.590.363	(1.828.806)	(628.756)	583.447	772	959	(167)	193.523	-	3.911.335
Dívida líquida	5.590.363									3.911.335

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

INVEPAR

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 3ª emissão realizada em 15 de outubro de 2015, em que foi atualizada para a quantidade de 9.946 (nove mil, novecentos e quarenta e seis), totalizando R\$ 232.890, pelo PU 23.415,41757 em 31 de dezembro de 2022. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	4.974	50,01%	116.468
Previ	2.486	24,99%	58.211
Petros	2.486	24,99%	58.211
Total	9.946	100%	232.890

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 5ª emissão realizada em 27 fevereiro de 2019, em que foi atualizada para a quantidade de 43.429 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove), totalizando R\$ 754.569, pela PU 17.374,76957 em 31 de dezembro de 2022. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	22.576	51,98%	392.253
Funcef	10.849	24,98%	188.499
Previ	10.004	23,04%	173.817
Total	43.429	100%	754.569

Essa atualização e transferência de contrato com a Mubadala Capital, ocorreu em função da venda dos investimentos dos Metrô Rio e Barra, em que foram liquidadas debêntures no total de R\$ 1.867.967 entre principal e juros (Nota 1.2 e 8), da 3ª e 5ª emissões. Desta forma, o valor foi reduzido.

Rating

Debêntures INVEPAR

Rating

Em 07 de abril de 2021, a agência S&P rebaixou o *rating* corporativo da INVEPAR na escala nacional de 'brCCC' para 'brCC'. Essa ação não tem impacto sobre a 3ª e 5ª emissões de debêntures que mantiveram seus *ratings* em "brC".

Em 11 de novembro de 2021, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CC' para 'D' na Escala Global e de 'brCC' para 'D' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (Debêntures), passando de 'brC' para 'D', respectivamente. Em 19 de novembro de 2021 em Assembleia Geral de Debenturistas foi aprovada a não declaração de vencimento antecipado da dívida.

Em 19 de janeiro de 2022 a agência S&P elevou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (Debêntures), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida e acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default* e *cross acceleration*).

A cláusula de *cross default* prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

GRU Airport

Debêntures GRU Airport

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente à 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá o seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, iniciando em 15 de março de 2017 e terminando em 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

CLN

Empréstimos e financiamentos

Em 2014, foi captado o montante de R\$ 35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período o pagamento de juros ocorre mensalmente junto com as parcelas de principal.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Concessão de serviço público

	2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamentos	2022
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	-	(16.683)
Circulante	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	-	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não Circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	-	(1.430.560)	14.720.193

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Ofício 158/2022 - ANAC.

	2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamentos	2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	-	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	-	38.433
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	-	(102.452)
Não Circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 215 da ANAC.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) GRU Airport

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a Orientação Técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Devido aos reflexos da pandemia da Covid-19, houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da Covid-19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), Termo Aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Pleito de Repactuação

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme Portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar.

Em 06 de julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em face da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à Apelação, ainda não apreciado até a presente data de divulgação desse relatório.

Em 15 de dezembro de 2022, a ANAC publicou o Ofício nº 158/2022/GERE/SRA, informando que o valor da contribuição fixa referente a 2021, encontra-se parcialmente quitada e suspensa a exigibilidade do pagamento remanescente, por meio de decisão judicial sujeita à revisão futura.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em 11 de maio de 2022, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 183.077, referente a parcela de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Cargas importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Novas exigências para alfandegamento

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico-financeiro – Covid-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da Covid-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020)

O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 60.889 foi deduzido da parcela da outorga fixa paga em 18 de dezembro de 2021.

de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia da Covid-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

(Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021)

O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós-COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a recolher de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acrescido a parcela da outorga fixa de 2022.

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 304.218 que será revisado no decorrer do ano de 2023 pela ANAC.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Automated People Mover

(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide nota explicativa nº 15)

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* terá o investimento relativos à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

(Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022)

Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368 de 14 de Junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado a partir de dezembro de 2020 pelo IPCA, para ser compensado da contribuição fixa.

15 Provisão para riscos processuais

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	Consolidado	
					Passivo mantido para venda	2022
Trabalhistas (a)	30.805	5.469	(9.864)	3.070	2.553	32.033
Cíveis (b)	6.862	1.232	(764)	1.831	3.587	12.748
Tributários	54	7	(25)	2	-	38
Administrativo / Ambientais	1.278	2.327	(614)	221	-	3.212
Total	38.999	9.035	(11.267)	5.124	6.140	48.031

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	Consolidado	
					Passivo mantido para venda	2021
Trabalhistas (a)	28.634	12.009	(8.888)	1.245	(2.195)	30.805
Cíveis (b)	6.232	6.913	(4.469)	371	(2.224)	6.823
Tributários	165	10	(124)	3	-	54
Outros	716	1.614	(634)	(2)	(377)	1.317
Total	35.747	20.546	(14.115)	1.617	(4.796)	38.999

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

(b) Riscos cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário e aeroportuário.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

Natureza do risco	Consolidado	
	2022	2021
Tributários (ii)	661.107	605.611
Cíveis (i)	201.049	170.684
Administrativo / Ambientais (iii)	6.644	40.965
Trabalhistas	4.321	2.356
Total	873.121	819.616

(i) A Controlada GRU *Airport* possui processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

(ii) Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2022, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(iii) Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP / Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Em 31 de dezembro de 2022, a INVEPAR no consolidado registrou R\$ 35.363 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 31.159 em 31 de dezembro de 2021).

16 Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.926.454.

As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim constituídas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - "PREVI"	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - "FUNCEF"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - "PETROS"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas	35.764.281	69.117.380	104.881.661	24,44
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17 Receita

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados consolidados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	1.148.495	751.660
Receita com armazenagem e capatazia	1.071.547	865.970
Receitas de aeronaves e passageiros	1.069.372	639.726
Receita de pedágio	77.587	-
Impostos, deduções e cancelamentos	(959.820)	(654.581)
Receita de serviços	<u>2.407.181</u>	<u>1.602.775</u>
Receita de construção	54.715	32.024
Receita total	<u>2.461.896</u>	<u>1.634.799</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	(7.212)	(6.264)	(1.018.345)	(813.906)
Outorga variável	-	-	(261.948)	(180.060)
Serviços de terceiros	(1.272)	(10.831)	(159.477)	(134.496)
Pessoal e encargos	(20.771)	(47.764)	(147.837)	(154.864)
Conservação e manutenção	(180)	(272)	(110.151)	(73.767)
Custo de construção	-	-	(54.715)	(32.024)
Energia elétrica	(63)	(125)	(53.173)	(38.748)
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.590)	(55.548)	(50.755)	(77.632)
Consultoria e assessoria	(11.527)	(23.389)	(26.389)	(32.879)
Contingências	301	104	(13.669)	(25.931)
Seguros e garantias	(116)	(125)	(13.516)	(11.881)
Aluguéis e impostos	(588)	(1.170)	(9.025)	(10.384)
PECLD*	-	-	(3.279)	54.483
Ganhos (perdas) na alienação investimento (a)	-	711.702	-	711.702
<i>Impairment*</i>	27.870	143.839	27.870	143.839
Reequilíbrios econômicos financeiros (b)	-	-	644.357	726.240
	(51.148)	710.157	(1.250.052)	49.692
Custo de serviços prestados	-	-	(1.654.851)	(1.255.344)
Despesas gerais e administrativas	(43.973)	(96.550)	(190.245)	(170.017)
Custo de construção	-	-	(54.715)	(32.024)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.175)	806.707	649.759	1.507.077
	(51.148)	710.157	(1.250.052)	49.692

(a) Em 08 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de reestruturação da Venda dos Metrô Rio e Barra, além da *Holding HMOBI*, para a *Mubadala Capital*, projeto com início em 20 de setembro de 2020, gerou um ganho de capital para a INVEPAR de R\$ 817.690, líquido, após a quitação das dívidas. Ademais, durante o exercício de 2021, a Companhia efetuou a venda do investimento de CRA e CBN que geraram um ganho líquido de R\$ 1.244 (CRA – R\$ 2.251 e CBN – R\$ (1.007).

(b) Na rubrica está incluso o reequilíbrio Covid líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	35.574	17.153	242.959	19.496
Juros ativos	90.523	50.768	130.502	65.942
Outros	-	-	10.868	-
Variação monetária ativa	493	414	988	425
Desconto obtido	4	-	794	726
Variações cambiais ativas	42	7	307	35
Operações de <i>Hedge</i>	-	7.904	-	21.970
Total receitas financeiras	126.636	76.246	386.418	108.594
Despesas financeiras				
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(1.382.869)	(1.857.138)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(2.093)	(204.262)	(218.462)
Juros sobre debêntures	(60.752)	(268.806)	(144.551)	(385.224)
Variação monetária passiva	(50.957)	(202.444)	(51.840)	(146.538)
Outros	(6.057)	(34)	(34.109)	273
Comissões e despesas bancárias	(809)	(689)	(4.711)	(36.021)
Variações cambiais passivas	(17)	-	(422)	(3)
Total despesas financeiras	(118.592)	(474.066)	(1.822.764)	(2.643.113)
Total resultado financeiro	8.044	(397.820)	(1.436.346)	(2.534.519)

(*) A variação é justificada pela atualização monetária sobre a outorga em decorrência da diminuição do IPCA no período.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Operações continuadas:

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(27.526)	(55.053)	(82.579)	(36.430)	(72.860)	(109.290)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	<u>(0,192)</u>	<u>(0,192)</u>		<u>(0,255)</u>	<u>(0,255)</u>	
	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(27.526)	(55.053)	(82.579)	(36.430)	(72.860)	(109.290)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	-	-	-	(307)	(615)	(922)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(27.526)	(55.053)	(82.579)	(36.737)	(73.475)	(110.212)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	<u>(0,192)</u>	<u>(0,192)</u>		<u>(0,257)</u>	<u>(0,257)</u>	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Operações descontinuadas

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(24.363)	(48.725)	(73.088)	(147.113)	(294.227)	(441.340)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,170)</u>	<u>(0,170)</u>		<u>(1,028)</u>	<u>(1,028)</u>	

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Seguros (Não auditado)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Moeda	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
INVEPAR	Responsabilidade Civil Geral	BRL	10.000	01/08/2022	01/08/2023	Fairfax Brasil
INVEPAR	Riscos Operacionais	BRL	1.139	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Garantia ao Poder Concedente	BRL	7.881	24/03/2022	24/03/2023	BMG
CLN	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley Internacional
CLN	Responsabilidade Civil Geral	BRL	40.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Riscos Operacionais	BRL	100.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
LAMSA	Garantia ao Poder Concedente	BRL	34.687	18/12/2022	18/12/2023	BMG
LAMSA	Responsabilidade Civil Geral	BRL	60.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
LAMSA	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley Internacional
LAMSA	Riscos Operacionais	BRL	280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
LAMSA	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
VIA040	Garantia ao Poder Concedente	BRL	401.338	24/03/2022	24/03/2023	BMG
VIA040	Responsabilidade Civil Geral	BRL	30.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
VIA040	Riscos Operacionais	BRL	280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
VIA040	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
VIA040	Fiança Locatícia	BRL	955.826	02/03/2022	12/03/2023	Pottencial
VIA040	Fiança Locatícia	BRL	324.000	29/08/2021	30/04/2023	Pottencial
CRT	Responsabilidade Civil Geral	BRL	10.000	14/09/2021	14/03/2023	Fairfax Brasil
CRT	Riscos Operacionais	BRL	55.000	14/07/2022	14/01/2023	Generalli
CRT	Garantia ao Poder Concedente	BRL	32.548	21/09/2022	21/03/2023	Pottencial
CRT	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	25.000	21/07/2022	14/07/2023	Starr
CRT	Veículos	BRL	4.546	30/01/2022	30/01/2023	Tokio Marine
GRU	Riscos operacionais	BRL	1.742.350	24/05/2022	24/05/2023	Tokio Marine
GRU	Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	31/12/2022	31/12/2023	Starr Internacional
GRU	Responsabilidade civil de proprietários e operadores - Excesso cargas de aeroportos	USD	90.000	31/12/2022	31/12/2023	AXA Seguros S/A
GRU	Garantia de obrigações públicas	BRL	835.197	04/06/2022	04/06/2023	Pottencial
GRU	Seguro de frota	BRL	600	24/05/2022	24/05/2023	Tokio Marine
GRU	Aeronáutico - Drones	BRL	2.000	10/11/2022	10/11/2023	Mapfre

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos Financeiros	2022		Consolidado 2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	784.916	-	358.366	-
Aplicações financeiras	998.544	-	1.171.196	-
Contas a receber	-	355.153	-	267.362
Venda de investimento	-	127.931	-	99.311
Partes relacionadas	-	148.693	-	134.064
Total do ativo	1.783.460	631.777	1.529.562	500.737
Passivos				
Fornecedores	-	78.879	-	54.077
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.676.938	-	3.911.335
Dividendos e JSCP propostos	-	24.072	-	24.072
Concessão de serviço público	-	14.720.193	-	14.726.660
Obrigações com empregados e administradores	-	27.291	-	25.532
Total do passivo	-	18.527.373	-	18.741.676

Instrumentos Financeiros	2022		Controladora 2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	272.427	-	250.810	-
Aplicações financeiras	32.489	-	121.916	-
Venda de investimento	-	127.931	-	99.311
Partes relacionadas	-	332.112	-	302.217
Dividendos e JSCP propostos	-	182.287	-	171.563
Total do ativo	304.916	642.330	372.726	573.091
Passivos				
Fornecedores	-	836	-	2.848
Partes relacionadas	-	274	-	261
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	987.353	-	875.718
Dividendos e JSCP propostos	-	22.841	-	22.841
Obrigações com empregados e administradores	-	4.322	-	8.518
Total do passivo	-	1.015.626	-	910.186

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”. As debêntures em 31 de dezembro de 2022 tinham o montante de R\$ 1.597.628 (R\$ 1.541.776 em 31 de dezembro de 2021).

- *Concessão de serviço público*

Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de GRU *Airport* a exposição de risco é relacionada ao IPCA.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

2022	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	78.879	-	-	-	78.879
Empréstimos e financiamentos	535.374	1.033.655	1.017.918	-	2.586.947
Debêntures	135.041	1.407.080	239.857	-	1.781.978
Concessão de serviço público	2.067.927	4.953.774	3.556.496	7.765.974	18.344.171
	<u>2.817.221</u>	<u>7.394.509</u>	<u>4.814.271</u>	<u>7.765.974</u>	<u>22.791.975</u>

(e) Análise de sensibilidade de variações e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic ativa (% ao ano)	13,75%	10,31%	6,88%
DI Ativo (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
DI Passivo (% ao ano)	13,65%	17,06%	20,48%
TR Passivo (% ao ano)	1,47%	1,84%	2,21%
TJLP (% ao ano)	7,20%	9,00%	10,80%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$5,22	R\$3,91	R\$2,61
IPCA Ativo (% ao ano)	5,79%	4,34%	2,90%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,79%	7,24%	8,69%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o *ranking* do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(e.1) Ativo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR	CDB	DI	304.888	41.617	31.213	20.809
TOTAL			304.888	41.617	31.213	20.809

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRUPAR	CDB	DI	1.404.745	191.748	143.811	95.874
INVEPAR	CDB	DI	304.888	41.617	31.213	20.809
LAMBRA	CDB	DI	24.330	3.321	2.491	1.661
CLN	CDB	DI	30.699	4.190	3.143	2.095
GRUPAR	CDB	DI	950	130	97	65
TOTAL			1.765.612	241.006	180.755	120.504

(e.2) Passivo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR	Debêntures	IPCA	987.353	57.168	71.460	85.752
TOTAL			987.353	57.168	71.460	85.752

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR	Debêntures	IPCA	987.353	57.168	71.460	85.752
GRU AIRPORT	Concessão	IPCA	14.720.193	852.299	1.065.374	1.278.449
GRU AIRPORT	Empréstimos	TJLP	2.070.186	149.053	186.317	223.040
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	610.275	35.335	44.169	53.002
CLN	Empréstimos	DI	9.124	1.245	1.557	1.868
TOTAL			18.397.131	1.095.100	1.368.877	1.642.111

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.676.938	3.911.335
Obrigações com poderes concedentes	14.720.193	14.726.660
Caixa e equivalentes de caixa	(784.916)	(358.366)
Aplicações financeiras	(998.544)	(1.171.196)
Dívida líquida	16.613.671	17.108.433
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(3.057.948)	(2.822.582)
Patrimônio líquido e dívida líquida	13.555.723	14.285.851

(i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	784.916	784.916	-	-
Aplicações financeiras	998.544	-	998.544	-
Total	1.783.460	784.916	998.544	-
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.079.310	-	2.079.310	-
Debêntures (*)	1.600.667	-	1.600.667	-
Concessão de serviço público	14.720.193	-	-	14.720.193
Total	18.400.170	-	3.679.977	14.720.193

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Mensurados a valor justo Ativos financeiros				Consolidado
	2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	358.366	358.366	-	-
Aplicações financeiras	1.171.196	-	1.171.196	-
Total	1.529.562	358.366	1.171.196	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.369.559	-	2.369.559	-
Debêntures (*)	1.545.832	-	1.545.832	-
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660
Total	18.642.051	-	3.915.391	14.726.660

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de dezembro de 2022, apresentam valor de mercado de R\$ 513.973 (R\$ 600.954 em 31 de dezembro de 2021).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

23 Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2022	2021
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	-	772
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	136.063	196.761
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	8.997	5.006
Compensação outorga	314.011	1.079.651
	459.071	1.282.190

24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego

Em abril de 2014, GRU *Airport* tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3".

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

25 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota 8. Abaixo segue demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo - PEX				
Circulante	-	-	2.256	2.806
Investimento - PEX	267	607	-	-
Total	267	607	2.256	2.806
Ativo - VIA040				
Circulante	-	-	75.444	61.029
Não circulante	-	-	850.249	926.799
Investimento - Via040	-	-	-	126.458
Total	-	-	925.693	1.114.286
Ativo - LAMSA				
Circulante	-	-	154.027	73.372
Não circulante	-	-	344.034	360.023
Investimento - LAMSA	183.308	127.949	-	-
Total	183.308	127.949	498.061	433.395
Ativo - CLN				
Circulante	-	-	-	30.112
Não circulante	-	-	-	131.826
Investimento - CLN	-	105.878	-	-
Total	-	105.878	-	161.938
Total	183.575	234.434	1.426.010	1.712.425

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo - PEX				
Circulante	-	-	1.989	2.199
Total	-	-	1.989	2.199
Passivo - VIA040				
Circulante	-	-	1.045.682	978.651
Não circulante	-	-	116.129	87.098
Investimento - VIA040	302.661	174.895	-	-
Total	302.661	174.895	1.161.811	1.065.749
Passivo - LAMSA				
Circulante	-	-	63.669	189.395
Não circulante	-	-	82.561	102.576
Total	-	-	146.230	291.971
Passivo - CLN				
Circulante	-	-	-	28.858
Não circulante	-	-	-	17.517
Total	-	-	-	46.375
Total	302.661	174.895	1.310.030	1.406.294

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

Resultado do período	Consolidado	
	2022	2021
Controlada CLN	-	(10.473)
Controlada PEX	251	26
Controlada VIA040	127.766	149.323
Controlada LAMSA	(54.929)	(18.805)
Controlada METRORIO	-	238.738
Controlada METROBARRA	-	81.475
Coligada CRA	-	752
Ativo alienado CRA	-	(1.002)
Coligada CBN	-	1.306
	73.088	441.340

PEX

Em 7 de novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 31 de dezembro de 2022, a mesma continua com a empresa descontinuada.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário (Vide Notas explicativas 1.a, 2.23 e 8). Diante das documentações e aditivos mencionados na Nota nº 1, com o processo de relicitação as operações da Concessão continuam descontinuadas, a Companhia está aguardando nova relicitação pelo Poder Concedente. Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040, assinou aditivo ao Contrato de Concessão Originário, do 1º Termo Aditivo, pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda. Na cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada desse Termo Aditivo será de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa no 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

LAMSA

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da INVEPAR com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita na nota explicativa nº 8 (c). A Companhia, aguarda decisão judicial referente à tarifação, para finalizar o Acordo de Reestruturação que foi assinado em 28 de setembro de 2020.

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia foi notificada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/2022 para apurar a nulidade do 11º Termo Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Termo Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia já vem adotando todas as providências para o fim de exercer com plenitude seu amplo direito de defesa quer na esfera administrativa, quer judicialmente.

CLN

Em 08 de junho de 2021, a INVEPAR informou ao mercado em geral que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de toda a sua participação (92,92%) na sua Controlada Concessionária Litoral Norte (“CLN”). Em 30 de junho de 2022, a Administração em cumprimento ao CPC 31 item 8 desclassificou de ativos mantidos para venda, por não ter havido evolução no processo de venda.

26 Eventos subsequentes

Rating

Em 24 de janeiro de 2023 a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de ‘CCC+’ para ‘CCC’ na Escala Global e de ‘brBBB’ para ‘brB’ na Escala Nacional. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (“Debêntures”), passando de ‘brB’ para ‘brCCC’, respectivamente, com perspectiva negativa.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *



invepar



Relatório da Administração 2022

Relações com Investidores

invest@invepar.com.br

<https://ri.invepar.com.br>

Índice

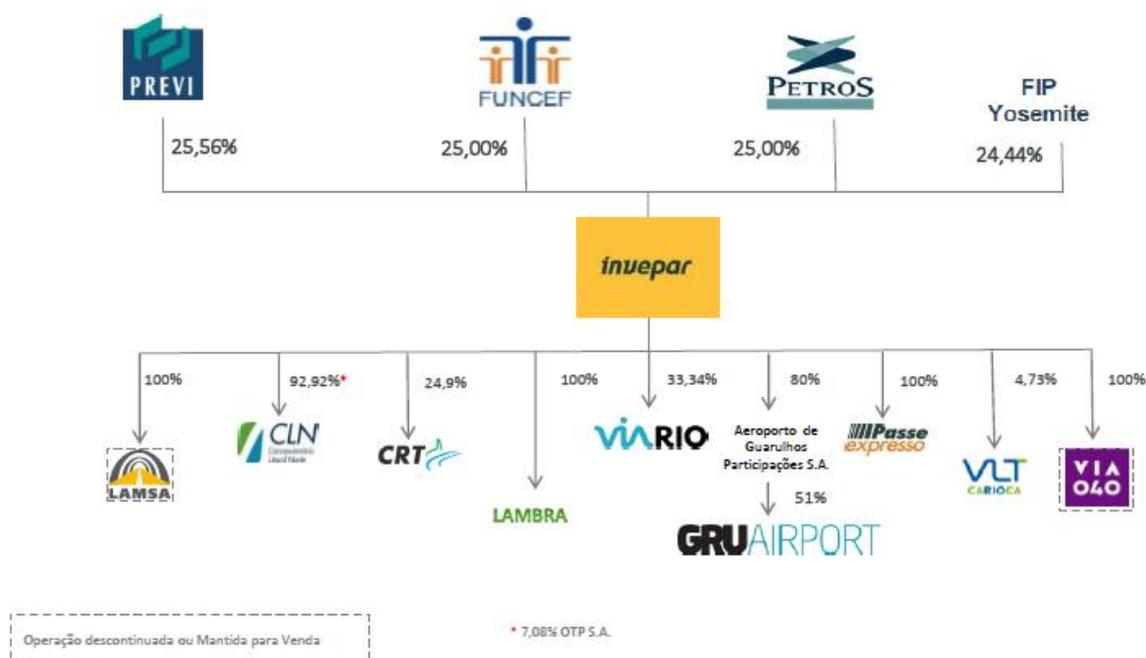
A COMPANHIA.....	2
Apresentação da Companhia.....	2
Destaques de 2022.....	4
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS.....	5
Gestão.....	5
Código de Ética e Conduta.....	5
Relacionamento com a Sociedade.....	5
Meio Ambiente.....	7
RESULTADOS.....	8
Contexto Econômico.....	8
Resultados Operacionais.....	8
Resultados Financeiros.....	10
Endividamento.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
Perspectivas.....	16
Eventos Subsequentes.....	16
Auditores Independentes.....	17
Agradecimentos.....	17



A Companhia

Apresentação da Companhia

A INVEPAR é uma *holding* de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O Portfólio atual é composto por 7 concessões, incluindo 5 rodovias e o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Segue abaixo o atual organograma da Companhia até a data de arquivamento deste documento.



Ano de 2022

Nos últimos anos, a INVEPAR vem realizando ações para reestruturar sua dívida e otimizar seu portfólio.

A Companhia junto da sua controlada LAMSA foi notificada em setembro de 2022 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, autorizando a abertura do processo para a nulidade do 11º aditivo onde trata da prorrogação do prazo de concessão por mais 15 anos. Tendo em vista, audiência realizada em dezembro de 2022 entre as partes, o processo se encontra suspenso até nova audiência, que deverá ocorrer em 10 de março de 2023 para esclarecimentos do laudo pericial realizado em 2021.

Como não houve evolução no processo de venda, a administração desclassificou a Concessionária Litoral Norte (CLN) de ativos mantidos para venda e em junho de 2022 ela retornou ao processo de consolidação do grupo INVEPAR.

Em agosto de 2022, a INVEPAR informou que não houve o cumprimento de uma das condições precedentes constantes no contrato celebrado para aquisição, pela Companhia, da participação societária de 20% detida pela *Airports Company South Africa* (“ACSA”) no Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”) e que o contrato teve seu prazo vencido e não renovado e, portanto, a aquisição da participação societária não foi efetivada.

Em 19 de janeiro de 2022 a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings, revisou os *ratings* da Companhia e das 3ª e 5ª Emissões de debêntures da INVEPAR, passando todos de “D” para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘D’ para ‘brBB’ na Escala Nacional e os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures foram elevados para ‘brB+’.

Em 24 de janeiro de 2023 a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de ‘CCC+’ para ‘CCC’ na Escala Global e de ‘brBBB’ para ‘brB’ na Escala Nacional. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (“Debêntures”), passando de ‘brB’ para ‘brCCC’, respectivamente, com perspectiva negativa.

Em novembro de 2022 a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão de GRU *Airport* em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus para o setor de concessões aeroportuárias. O montante de R\$ 304,2 milhões, será descontado do valor da Outorga Fixa.

Em termos de resultados operacionais, no segmento aeroporto tivemos melhora nos números de passageiros, movimentação de aeronaves e cargas. Em 2022 tivemos um aumento no tráfego das rodovias, efeito propiciado pela retomada da rotina de trabalho e atividades escolares superior ao dos últimos dois anos, período em que fomos afetados pela pandemia.

Em 2023, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações, com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários, e na conclusão do Acordo de Reestruturação da Dívida. No aspecto regulatório, segue acompanhando as questões envolvendo a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMSA, bem como a relicitação da VIA040. Por fim, reforçamos nosso compromisso de conduzir nossos negócios com ética e transparência, empregando nossa experiência para enfrentar os desafios e oportunidades diante da empresa.



Destaques de 2022

Grupo INVEPAR

Holding

- Incorporação da HLASA Participações S.A – HLASA à PEX S.A.
- Encerramento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC INVEPAR”), deixando o mesmo de fazer parte das empresas do Grupo INVEPAR.

GRU Airport

- Aumento de 42,6% em passageiros processados, totalizando 34,5 milhões;
- Aumento de 3% no número de estabelecimentos comerciais comparado com o ano de 2021;
- Certificação ISO9001 em 2022;
- Recertificação do CEIV Pharma (*Center of Excellence for Independent Validators in Pharmaceutical Logistics*), emitida pela IATA (*International Air Transport Association*);
- Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA);

CLN

- Redução de 6% da quantidade de acidentes em relação à 2021;
- Aumento de 5,7% no pagamento automático de pedágio em relação à 2021;
- Aumento de 6% no volume de tráfego no último bimestre, em relação ao mesmo período de 2021;

LAMSA

- Revitalização da Sinalização Vertical, ao total foram substituídas 153 placas de sinalização vertical;
- Nova forma de pagamento de tarifa do pedágio através de PIX;

VIA040

- Redução de 9,8% no número de acidentes fatais comparado com 2019, ano antes da pandemia de Covid-19.
- Recertificação da ISO 14001:2015.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão

2022 foi o ano para estabilizar os ajustes realizados no Grupo ao longo de 2021 e focar no equacionamento da dívida da Companhia.

Código de Ética e Conduta

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela VIA040, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da companhia. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

Gestão de Riscos e Compliance

O Programa de Compliance/Integridade do Grupo INVEPAR compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo INVEPAR bem como no seu direcionamento estratégico. São promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões.

A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pelo Grupo INVEPAR com o apoio de parceiros:

Favela Mundo - Realização de oficinas de teatro, música (violão), danças (brasileira, jazz e de rua) para crianças e jovens, e de capacitação profissional (artesanato e maquiagem) para jovens e adultos.

Escola Criativa - Estimula a cultura por meio de oficinas de artesanato sustentável, brinquedos criativos, desenho/pintura e teatro, sobre conteúdos relacionados às disciplinas de história, geografia, língua portuguesa e artes.

Negócio Sustentável – Promove a qualificação profissional em gestão cultural de organizações de base comunitária para a realização de projetos culturais que beneficiem à comunidade local.

Equilíbrio e Respeito – Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Aliança pela Vida – Grupo de trabalho formado pela VIA040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Projeção junto à Imprensa e Mídia – Divulgação de dados, orientações e dicas de segurança viária aos usuários do sistema BA-099, através dos meios de comunicação (TV, Rádio, Jornais impressos e Redes Sociais).

Eventos Culturais e Religiosos – Após dois anos sem realizar a tradicional Procissão de Ramos, católicos da região se reuniram para celebrar a data e realizar a procissão de Domingo de Ramos na BA-099, Estrada do Coco. O momento marca o início das celebrações da Semana Santa.

Eventos de Segurança Viária – Ao longo do ano, incluindo a Semana Nacional do Trânsito, foram realizadas Blitz Educativas e eventos que tratam de segurança viária, levando à sociedade e principais instituições parceiras, informações, fundamentos e melhores práticas, para um trânsito mais seguro.

Investimento Social – Subcrédito Social C: linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais que sejam, preferencialmente, articulados com o poder público local e/ou que visem a somar esforços com programas ou políticas públicas. Até o momento foram aprovados por meio do subcrédito os seguintes projetos: Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), Afinando o Futuro com Arte, Decolando com Guarulhos, Bioplant (planta de biodiesel) e Instituto Coliseu Boxe Center.

Meio Ambiente

As Companhias do Grupo INVEPAR monitoram e avaliam constantemente os impactos de seus negócios sobre o meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pelas lideranças do Grupo, através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Abaixo estão listadas algumas das iniciativas voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas pelo Grupo INVEPAR. Essas iniciativas vêm contribuindo para consolidar a cultura da Companhia de excelência e expertise em todos os temas relacionados à infraestrutura de transportes.

Projeto Plantio Compensatório – Recuperação de áreas degradadas

Entre 2021 e 2022, a CLN seguiu com o projeto de reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica e concluiu o quantitativo previsto. Além das 26 mil mudas, foram plantadas mais 200 mudas extras em 2022, visando reforçar a recuperação de algumas áreas. Foram contempladas em todo o processo 26 espécies nativas, entre elas a mangaba, o cajueiro e o jenipapo. A ação, que já está presente em áreas dos municípios de Entre Rios, Conde e Jandaíra, integra o programa de revitalização desenvolvido pela empresa na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA Litoral Norte).

Parceria com cooperativa de reciclagem

Em maio de 2022 a CLN fechou parceria com a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari (Coopmarc) para a coleta e reciclagem de alguns dos resíduos gerados pela sede da CLN. Dentre os diversos tipos de resíduos que eles reciclaram estão o papel/papelão, o plástico, o metal e o vidro. Com coletas ocorrendo a cada 2 meses, a cooperativa reciclou em 2022 um volume total aproximado de 13,38 toneladas de resíduos.

Indicadores ambientais

Dentre os diversos indicadores ambientais monitorados ao longo de 2022, destaca-se o consumo de água, com redução de 43% do volume consumido quando comparado com 2021, fato que pode ser atrelado, principalmente, à implementação do regime de trabalho *home flex*. Outro indicador que teve um destaque positivo foi a emissão de gases de efeito estufa, com uma redução de 50% do volume emitido quando comparado com 2021. Dentre os diversos parâmetros avaliados através do inventário de emissões, a redução de consumo de asfalto foi o principal responsável por essa queda.

Projeto Raízes para o Futuro

Desenvolvido pela VIA040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste no plantio e manutenção de mudas de árvores nativas relacionadas a cada bioma local. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP) e no Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, ambos localizados às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D'Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Estes locais irão receber, ao todo, cerca de 542 mil novas mudas de árvores nativas, contribuindo para a conservação ambiental. A localização dos plantios teve por objetivo potencializar a recarga hídrica dos mananciais das regiões beneficiadas, além da proteção e desenvolvimento da flora e fauna. O projeto, teve início em dezembro de 2019, com previsão de término em 2025, para manutenção e acompanhamento das árvores plantas ao final do projeto.

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 2,9% sendo menor que 2021 que apresentou crescimento de 5%. Pressionado pela alta da inflação, que termina o ano acumulada em 5,79%, o Banco Central elevou a Selic de 10,75%, no início de 2022, para 13,75% ao final do ano, voltando ao patamar de meados de 2017. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 com alta de 5,79% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 5,45%. Para o segmento de rodovias, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), houve aumento de 12,3% em 2022, no fluxo de veículos. No segmento de aeroportos, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 97,8¹ milhões de passageiros em 2022, um aumento de 38,4% em relação ao ano anterior.

¹ *desconsidera passageiros isentos e a origem da informação é <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-interativa/demanda-e-oferta-origem-destino>*

Resultados Operacionais

A seguir estão detalhados os resultados operacionais por segmento na ordem Aeroporto, Rodovias e Mobilidade.

AEROPORTO

Indicadores Operacionais	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Passageiros Total (Mil)	9.500	8.331	14,0%	34.479	24.172	42,6%
Internacional	3.156	1.712	84,5%	10.833	3.710	192,1%
Doméstico	6.344	6.619	-4,2%	23.646	20.463	15,6%
Movimento total de Aeronaves	66.238	59.408	11,5%	242.882	188.573	28,8%
Internacional	17.168	10.367	65,6%	59.290	31.482	88,3%
Doméstico	49.070	49.041	0,1%	183.592	157.091	16,9%
Carga Total (Toneladas)	74.214	85.766	-13,5%	309.131	330.608	-6,5%

O GRU *Airport* registrou 34,4 milhões de passageiros em 2022, aumento de 42,6% em relação ao ano 2021. O segmento internacional foi responsável pelo aumento de 192,1%, reflexo do retorno das atividades pós pandemia. Apesar do aumento, este número ainda é inferior ao verificado no período pré-pandemia. Em 2019, houve registro de 43,0 milhões de passageiros.

O Movimento Total de Aeronaves (MTA) também melhorou em relação a 2021. Foram 242,8 mil pousos e decolagens no período, sendo 28,8% maior que o período anterior. O mercado internacional cresceu 88,3% e o doméstico, 16,9%.

Em relação ao volume de cargas houve redução de 6,5%. Em 2022, registrou 309,1 mil toneladas, uma redução de 21,5 mil toneladas em relação à 2021.

RODOVIAS

Resultados das Operações Continuadas

Indicadores Operacionais (Mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
CRT	-	3.563	-100%	10.021	13.414	-25,3%
Veículos leves	-	1.781	-100%	4.775	6.571	-27,3%
Veículos pesados	-	1.782	-100%	5.247	6.844	-23,3%
CLN	2.309	2.287	1,0%	8.440	8.543	-1,2%
Veículos leves	2.011	1.996	0,8%	7.281	7.420	-1,9%
Veículos pesados	298	292	2,1%	1.159	1.123	3,1%
ViaRio	5.799	5.413	7,2%	21.981	19.854	10,7%
Veículos leves	5.353	5.004	7,0%	20.317	18.406	10,4%
Veículos pesados	447	409	9,0%	1.664	1.449	14,9%
VEPs das Operações Continuadas	8.109	11.264	-28,0%	40.442	41.812	-3,3%
Veículos leves	7.364	8.781	-16,1%	32.372	32.396	-0,1%
Veículos pesados	744	2.483	-70,0%	8.070	9.415	-14,3%

O tráfego consolidado das operações continuadas atingiu 40,0 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), redução de 3,3% em relação ao ano anterior, que totalizou 41,8 milhões. Os veículos pesados tiveram redução de 14,3%, totalizando 8,0 milhões de VEPs no ano.

A Concessionária Rio Teresópolis registrou 10,0 milhões de VEPs em 2022, variação negativa de 25,3% em relação a 2021, reflexo da redução dos veículos leves de 27,3% no período. O fluxo de veículos pesados também apresentou redução de 23,3% em relação ao mesmo período de 2021.

A CLN apresentou 8,4 milhões de VEPs em 2022, uma redução de 1,2% comparado ao ano anterior que registrou 8,5 milhões, redução de 1,9% em veículos leves e aumento de 3,1% em veículos pesados.

A Via Rio apresentou acréscimo de 10,7% no fluxo de veículos pagantes em 2022, totalizando 21,9 milhões, sendo desse total, 10,4% de veículos leves e 14,9% de veículos pesados.

Resultados das Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda

Indicadores Operacionais (Mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
LAMSA	11.687	11.716	100%	45.754	32.741	39,7%
Veículos leves	10.786	10.831	-0,4%	42.275	30.301	39,5%
Veículos pesados	900	885	1,7%	3.479	2.439	42,6%
Via040	19.778	19.592	0,9%	78.179	78.117	0,1%
Veículos leves	5.651	5.432	4,0%	21.201	20.074	5,6%
Veículos pesados	14.127	14.160	-0,2%	56.978	58.043	-1,8%
VEPs Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda	31.464	31.308	0,5%	123.933	110.857	11,8%
Veículos leves	16.437	16.263	1,1%	63.475	50.375	26,0%
Veículos pesados	15.027	15.045	-0,1%	60.457	60.482	0,0%

A LAMSA registrou 45,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2022, um aumento expressivo de 39,7% em relação ao ano anterior. O ano de 2021 foi muito impactado pelas medidas restritivas de circulação, além disso no 1T21 a LAMSA não registrou VEPs devido à decisão do STJ.

A VIA040 registrou 78,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2022, representando um aumento de 0,1% em relação a 2021.

MOBILIDADE URBANA

Indicadores Operacionais (Mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
VLT Carioca						
Passageiros Pagantes	2.890	3.371	-14,3%	15.327	11.468	33,7%
Passageiros Transportados	3.237	3.789	-14,6%	17.119	12.828	33,5%

O VLT atingiu 15,3 milhões de passageiros pagantes em 2022, um aumento de 33,7% em relação ao ano anterior.

Resultados Financeiros

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação, juros e câmbio que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir:

Indicadores	2022	2021	▲
IPCA Acumulado dos últimos 12 meses	5,79%	10,06%	-4,3 p.p.
Dólar Final do Período	R\$ 5,22	R\$ 5,58	-6,49%
CDI Final do Período	13,65%	8,76%	4,9 p.p.
CDI Acumulado dos últimos 12 meses	12,39%	4,42%	8,0 p.p.

<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

Receitas

Receita por segmento (R\$ milhões)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Receita Bruta	964,1	696,9	38%	3.344,1	2.289,4	46%
Receitas Tarifárias						
Aeroporto	577,5	476,6	21%	2.140,9	1.505,7	42%
Rodovias	21,2	-	100%	77,6	-	100%
Receitas Não Tarifárias						
Aeroporto	316,3	217,7	45%	1.148,5	751,7	53%
Receita de Construção	49,0	2,6	1860%	54,7	32,0	71%
Deduções da Receita Bruta	(266,0)	(214,2)	24%	(959,8)	(654,6)	47%
Receita Líquida	698,0	482,7	45%	2.461,9	1.634,8	51%
Receita de Construção	49,0	2,6	1860%	54,7	32,0	71%
Receita Líquida Ajustada¹	649,0	480,1	35%	2.407,2	1.602,8	50%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada da Companhia foi 50% superior em 2022, atingindo R\$ 2,4 bilhões, sendo o setor aeroportuário o responsável por este aumento.

A Receita Tarifária de GRU *Airport* apresentou incremento de 42%, em 2022. Esse aumento está diretamente relacionado ao aumento de passageiros e na movimentação de aeronaves para pousos e decolagens, em virtude da retomada de demanda. Isso decorre da maior confiança das pessoas para a realização de viagens, queda dos casos e óbitos decorrentes da Covid-19 e avanço da vacinação no Brasil e no mundo. A Receita Não Tarifária foi 53% maior do que no ano anterior. Os itens que impactaram a performance foram o Duty Free, com impacto do aumento de 192% no volume de passageiros internacionais, com o maior fluxo de PAX, houve aumento do consumo e, conseqüentemente, da receita variável. Sala VIP: O aumento do PAX Total de 42,6%, o fim dos descontos negociados em função do cenário pandêmico e a inauguração de novas unidades em 2022. Combustíveis (Aeronaves): Aumento do volume de combustíveis em 49%, explicado pelo aumento do MTA de 28,8% e do mix de aeronaves internacional/doméstico mais favorável.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Pessoal	(41,0)	(31,6)	29%	(147,8)	(154,9)	-5%
Conservação & Manutenção	(32,3)	(20,0)	62%	(110,2)	(73,8)	49%
Operacionais	(65,7)	(54,3)	-21%	(235,2)	(195,5)	20%
Despesas Adm. e receitas ou despesas operacionais	318,0	752,3	-58%	550,3	644,3	-15%
Custos & Despesas Administráveis	179,0	646,4	-72%	57,1	220,1	-74%
Outorga Variável	(70,6)	(51,9)	36%	(261,9)	(180,1)	46%
Depreciação & Amortização	(256,2)	(202,9)	26%	(1.018,3)	(813,9)	25%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ¹	(147,7)	391,6	-138%	(1.223,2)	(773,8)	-58%
Custo de Construção (IFRS)	(49,0)	(2,6)	1860%	(54,7)	(32,0)	71%
Ganhos (perdas) na alienação investimento	-	711,7	-100%	-	711,7	-100%
<i>Impairment</i>	51,7	(5,5)	-1057%	27,9	143,8	81%
Custos & Despesas Operacionais	(145,0)	1.095,2	-113%	(1.250,1)	49,7	2620%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e *Impairment*

Redução de 5% em despesas com pessoal reflexo ainda da reestruturação e redução do efetivo da INVEPAR.

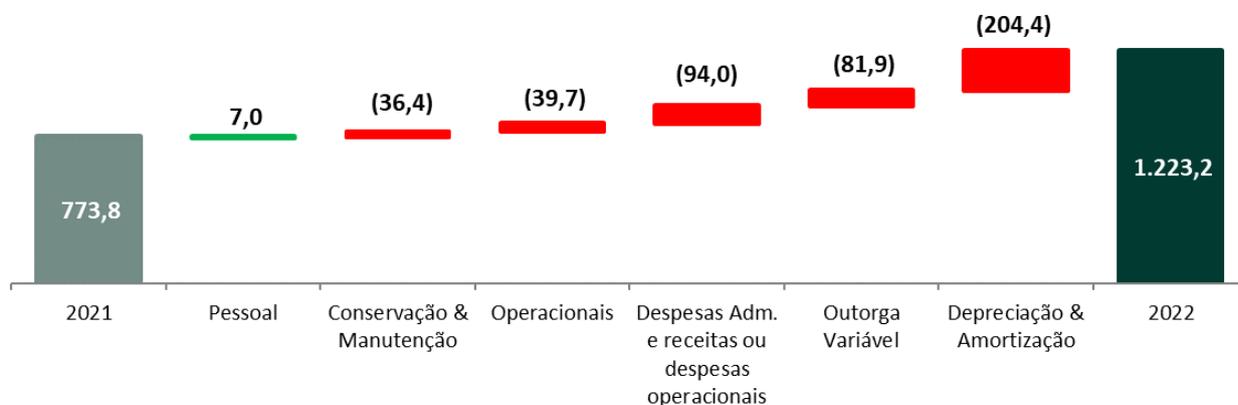
Conservação e Manutenção houve aumento de 49% comparado com 2021. O aumento de custos se deve pela retomada gradual na demanda e pela reabertura de áreas do Terminal 1 e Terminal 2 Internacional, realizado ao longo de 2022. Em relação a negociação de contratos, o aumento decorre da revisão de escopos e renegociações contratuais junto aos prestadores de serviços, com destaque para os contratos de serviço de limpeza, conservação e manutenção das dependências de todo o sítio aeroportuário.

As despesas operacionais aumentaram 20% sendo que seu maior impacto foi o retorno da CLN ao processo de consolidação.

Redução de 15% em despesas administrativas e receitas ou despesas operacionais devido ao menor reequilíbrio econômico-financeiro de GRU *Airport*.

Aumento de 46% da outorga variável, uma vez que a base de cálculo é a receita tarifária, seu aumento está em linha com a receita.

Evolução dos Custos e Despesas Operacionais Ajustados (R\$ Milhões)



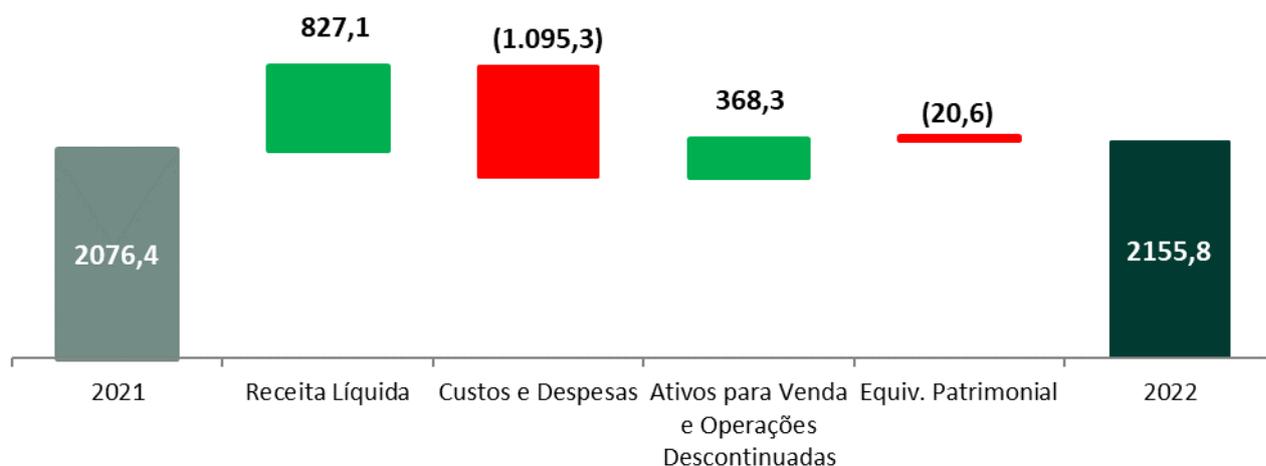
EBITDA

Em 2022, o EBITDA da Companhia registrou aumento de 3,8%, alcançando R\$ 2,1 bilhões, com Margem EBITDA de 87,6%. Esse resultado reflete o aumento na receita líquida devido ao aumento de passageiros e movimentação de aeronaves.

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	78,0	868,6	91%	(155,7)	(550,6)	72%
Participação Não-Controladores	121,2	223,7	-46%	(80,2)	(584,5)	-86%
Resultado Financeiro	335,6	594,4	-44%	1.436,3	2.534,5	43%
IRPJ & CSLL	(1,6)	(88,9)	-98%	(63,0)	(136,9)	-54%
Depreciação e Amortização	256,2	202,9	26%	1.018,3	813,9	25%
EBITDA ICVM 527	789,4	1.800,7	-56,2%	2.155,8	2.076,4	3,8%
Margem EBITDA	113,1%	373,1%	-260 p.p.	87,6%	127,0%	-39,4 p.p.
(-) Receita de Construção (IFRS)	(49,0)	(2,6)	1860%	(54,7)	(32,0)	71%
(+) Custo de Construção (IFRS)	49,0	2,6	1860%	54,7	32,0	71%
(+) Resultado Mantido p/Venda e Op. Desc.	15,1	(16,4)	-191%	73,1	441,3	-83%
(+) <i>Impairment</i>	(51,7)	5,5	1057%	(27,9)	(143,8)	-81%
EBITDA Ajustado¹	752,8	1.789,7	-57,9%	2.201,0	2.373,9	-7,3%
Margem EBITDA Ajustada¹	116%	373%	-257 p.p.	91%	148%	-57 p.p.

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e *Impairment*

Evolução do EBITDA (R\$ Milhões)



Resultado Financeiro

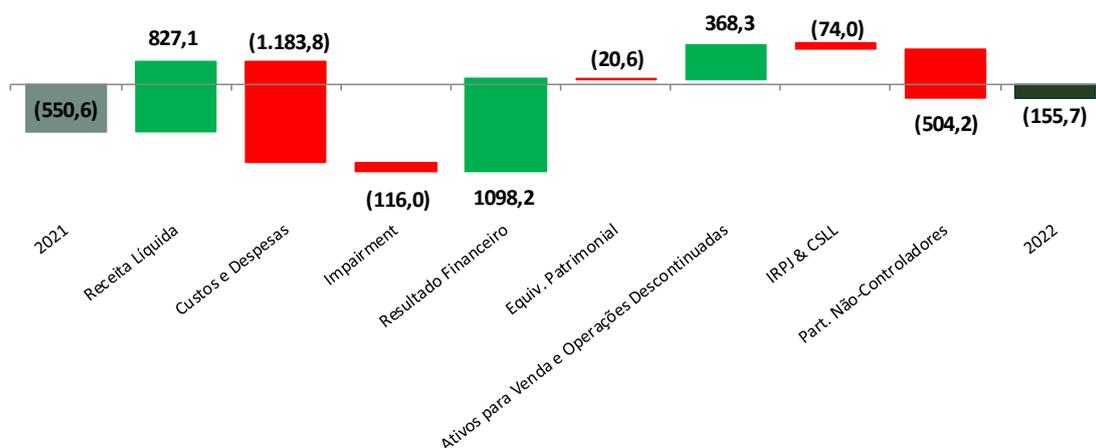
Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Resultado Financeiro	(335,6)	(594,4)	-43,5%	(1.436,3)	(2.534,5)	-43,3%
Receita Financeira	170,3	(7,8)	-2310,4%	386,4	108,6	256,1%
Juros	157,7	4,9	3183%	373,5	85,4	337%
Operações de <i>Hedge</i>	-	14,1	-100%	-	22,0	-100%
Outros	12,6	(26,7)	-147%	13,0	1,2	1073%
Despesa Financeira	(505,9)	(586,6)	-13,8%	(1.822,8)	(2.643,1)	-31,0%
AVP Outorga GRU	(385,7)	(480,7)	-20%	(1.382,9)	(1.857,1)	-26%
Juros	(83,4)	(127,8)	-35%	(348,8)	(603,7)	-42%
Outros	(36,8)	22,0	-268%	(91,1)	(182,3)	-50%

O Resultado Financeiro de 2022 teve uma melhora de 43,3% com relação ao ano anterior. A Receita de Juros teve um aumento de 337%, redução no AVP Outorga de 26% e Juros de 42% comparado ao ano anterior.

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	78,0	868,6	91%	(155,7)	(550,6)	72%

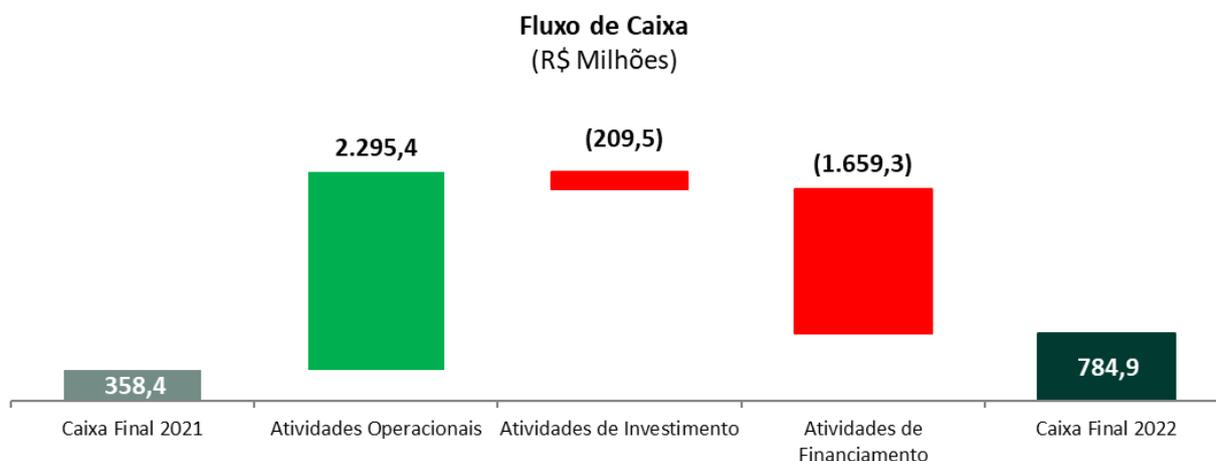
Evolução do Resultado do Exercício (R\$ Milhões)



O prejuízo da INVEPAR em 2022 foi de R\$ 155,7 milhões, uma melhora de 72%, quando comparado ao prejuízo de 2021 no valor de R\$ 550,6 milhões. Essa variação positiva é resultado do aumento na receita líquida, melhora do resultado financeiro, nos ativos para venda e operações descontinuadas. Em contrapartida, a piora nos custos e despesas, *impairment* e participação de não controladores.

Fluxo de Caixa

Em 2022, a INVEPAR apresentou aumento de caixa de R\$ 426,5 milhões, encerrando o ano com saldo final de caixa de R\$ 784,9 milhões.



Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Dívida Bruta	3.676,9	3.911,3	-6,0%
Curto Prazo	500,6	452,2	10,6%
Empréstimos e Financiamentos	355,7	322,3	10,2%
Debêntures	145,0	129,8	11,6%
Longo Prazo	3.176,3	3.459,1	-8,2%
Empréstimos e Financiamentos	1.723,7	2.047,2	-15,8%
Debêntures	1.452,7	1.411,9	2,9%
Disponibilidades	1.783,5	1.529,6	16,6%
Caixa e equivalentes de caixa	784,9	358,4	119,0%
Aplicações Financeiras	998,5	1.171,2	-14,8%
Dívida Líquida	1.893,5	2.381,8	-20,5%

A Dívida Líquida de 2022 reduziu 20,5% em relação a verificada em 2021, decorrente da amortização de principal do período e aumento de caixa e equivalentes, bem como da remuneração das aplicações financeiras.

Investimentos

Investimentos (R\$ Milhões)	2022
Aeroporto	
GRU Airport	259,2
CLN	0,7
Total Investido¹	259,9

¹ Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa, para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

Em 2022, os investimentos totalizaram R\$ 259,2 milhões em GRU Airport que realizou investimentos na infraestrutura com o objetivo de aprimorar o nível de atendimento, conforto e segurança aos passageiros. Dentre os projetos, destaca-se projeto APM - *Automated People Mover*, sistema de conexão rápida entre a estação Aeroporto linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP.

Considerações Finais

Perspectivas

O ano de 2022, conforme já abordado foi um ano de consolidação dos ajustes realizados no Grupo INVEPAR e busca por uma solução do endividamento da Companhia.

Para o ano 2023, a Companhia se mantém focada na redução do nível de endividamento com seus credores conforme o Acordo de Reestruturação e na manutenção das atividades da própria Companhia e de seus ativos.

A INVEPAR acompanha o processo jurídico entre a Linha Amarela S.A. – LAMSA e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tanto no Supremo Tribunal Federal após a entrega do laudo pericial emitido pela COPPEAD quanto no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Com a assinatura do 3º Termo Aditivo entre VIA040 e ANTT e a perspectiva de encerramento do processo até 18 de agosto de 2023, tanto a Companhia quanto a controlada, estão acompanhando os próximos passos para a publicação do edital de relicitação.

Em relação a GRU Airport, a Companhia obteve uma recuperação na demanda de passageiros com a remoção das restrições de viagens e dos requisitos da quarentena para viajantes assinados para a aviação em geral e para a GRU *Airport* em particular. Além disso, a Companhia acompanha o processo referente ao Mandado de Segurança da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa. Em julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em fase da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à apelação.

Eventos Subsequentes

Grupo INVEPAR

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos

sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

INVEPAR

Em 24 de janeiro de 2023 a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de ‘CCC+’ para ‘CCC’ na Escala Global e de ‘brBBB’ para ‘brB’ na Escala Nacional. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (“Debêntures”), passando de ‘brB’ para ‘brCCC’, respectivamente, com perspectiva negativa.

LAMSA

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação a reclamação (RCL 43697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo o mesmo.

Audidores Independentes

O Grupo INVEPAR utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2022, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos

Registramos os agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. O reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Marcus Vinicius Figur da Rosa

Diretor de Relações com Investidores

Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Receita Bruta	964,1	696,9	38%	3.344,1	2.289,4	46%
Deduções da Receita Bruta	(266,0)	(214,2)	24%	(959,8)	(654,6)	47%
Receita Líquida	698,0	482,7	45%	2.461,9	1.634,8	51%
Custos & Despesas Operacionais	(145,0)	1.095,2	-113%	(1.250,1)	49,7	2620%
Pessoal	(41,0)	(31,6)	29%	(147,8)	(154,9)	-4,5%
Conservação & Manutenção	(32,3)	(20,0)	62%	(110,2)	(73,8)	49%
Operacionais	(65,7)	(54,3)	-21%	(235,2)	(195,5)	20%
Despesas Administrativas	318,0	752,3	-58%	550,3	644,3	-15%
Outorga Variável	(70,6)	(51,9)	36%	(261,9)	(180,1)	46%
Depreciação & Amortização	(256,2)	(202,9)	26%	(1.018,3)	(813,9)	25%
Custo de Construção (IFRS)	(49,0)	(2,6)	1860%	(54,7)	(32,0)	71%
Ganhos (perdas) na alienação investimento	-	711,7	-100%	-	711,7	-100%
<i>Impairment</i>	51,7	(5,5)	(10,6)	27,9	143,8	81%
Equivalência Patrimonial	(4,6)	3,4	-235,3%	(1,3)	19,3	-106,7%
Resultado Operacional	548,4	1.581,3	-65%	1.210,5	1.703,8	-29%
Resultado Financeiro	(335,6)	(594,4)	-44%	(1.436,3)	(2.534,5)	-43%
Receita Financeira	170,3	(7,8)	-2310%	386,4	108,6	256%
Juros	157,7	4,9	3183%	373,5	85,4	337%
Operações de <i>Hedge</i>	-	14,1	-100%	-	22,0	-100%
Outros	12,6	(26,7)	-147%	13,0	1,2	1073%
Despesa Financeira	(505,9)	(586,6)	-14%	(1.822,8)	(2.643,1)	-31%
AVP Outorga GRU	(385,7)	(480,7)	-20%	(1.382,9)	(1.857,1)	-26%
Juros	(83,4)	(127,8)	-35%	(348,8)	(603,7)	-42%
Outros	(36,8)	22,0	-268%	(91,1)	(182,3)	-50%
Resultado Antes de Impostos	212,8	987,0	-78%	(225,8)	(830,7)	-73%
IR & CSL	1,6	88,9	-98%	63,0	136,9	-54%
IR e CS Correntes	(14,1)	136,9	100%	(16,9)	136,9	100%
IR e CS Diferidos	15,7	(48,1)	-132,5%	79,9	-	100%
Resultado antes das partic. dos minoritários	214,4	1.075,9	-80%	(162,8)	(693,8)	-77%
Operação descontinuada e mantida p/ venda	(15,1)	16,4	-191,5%	(73,1)	(441,3)	-83,5%
Participação Não-Controladores	121,2	223,7	-46%	(80,2)	(584,5)	-86%
Prejuízo do Exercício	78,0	868,6	91%	(155,7)	(550,6)	72%

Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ Milhões)	2022	2021
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	784,9	358,4
Aplicações financeiras	823,5	1.012,8
Contas a receber	304,1	221,1
Estoques	12,2	11,7
Tributos a recuperar	77,9	45,4
Adiantamentos	11,4	7,4
Partes relacionadas	2,7	-
Outros	10,4	1,0
Total do Ativo Circulante	2.027,1	1.657,7
Ativo mantido para venda e operação descontinuada	1.426,0	1.712,4
Ativo Não Circulante		
Aplicações financeiras	175,0	158,4
Contas a receber	179,0	145,6
Tributos a recuperar	312,5	337,0
Impostos diferidos ativos	868,8	787,6
Partes relacionadas	146,0	134,1
Depósitos judiciais	35,4	31,2
Outros	3,6	4,4
Investimentos	94,4	77,7
Imobilizado	17,3	7,8
Intangível	12.265,3	12.766,5
Total do Ativo Não Circulante	14.097,4	14.450,2
Total do Ativo	17.550,5	17.820,3

Passivo (R\$ Milhões)	2022	2021
Passivo Circulante		
Fornecedores	78,9	54,1
Empréstimos e financiamentos	355,7	322,3
Debêntures	145,0	129,8
Tributos a recolher	84,0	147,2
Obrigações com empregados e administradores	27,3	25,5
Concessão de serviço público	2.317,6	2.204,9
Adiantamentos de clientes	6,0	6,8
Receita diferida	55,3	25,4
Outros	182,1	119,4
Total do Passivo Circulante	3.251,8	3.035,5
Passivo mantido para venda e operação descontinuada	1.310,0	1.406,3
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.723,7	2.047,2
Debêntures	1.452,7	1.411,9
Concessão de serviço público	12.402,6	12.521,8
Adiantamentos de clientes	7,0	3,6
Provisão para riscos processuais	48,0	39,0
Dividendos	24,1	24,1
Receita diferida	387,7	152,6
Outros	0,8	0,9
Total do Passivo não Circulante	16.046,6	16.201,1
Total do Passivo	20.608,4	20.642,9
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.867,9	3.867,9
Resultado acumulado exercícios anteriores	(5.136,8)	(4.981,2)
Participação dos não controladores	(1.789,0)	(1.709,3)
Total do Patrimônio Líquido	(3.057,9)	(2.822,6)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.550,5	17.820,3



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 03.758.318/0001-24
NIRE Nº 33.3.002.6.520-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, destacando o parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Jorge Andrade Costa
Presidente

Artemio Bertholini
Membro Titular

Felipe Guidi
Membro Titular

Eslei José de Morais
Membro Titular

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF: 03.758.318/0001-24
NIRE: 33.3.002.6.520-1**

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da INVEPAR é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros.

No período de 23 de março de 2022 a 14 de março de 2023 realizou 16 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos controles internos e do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos às demonstrações financeiras intermediárias e anual.

Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório emitido pela Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, entende que os mesmos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Aldo Luiz Mendes
Coordenador

Roberto Emilio Patriarca

Almir Alves Junior

Wilman Sanchez

Pareceres e Declarações - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações - Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2023, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.